UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

A ECONOMIA MISTA E O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL DURANTE A ERA DE OURO: ORIGENS, FUNDAMENTOS E O ESGOTAMENTO DO MODELO

FELIPE LACS SICHEL

matrícula nº: 111497261

Orientador: Prof. Almir Pita Freitas Filho

ABRIL 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE BACHARELADO

A ECONOMIA MISTA E O ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL DURANTE A ERA DE OURO: ORIGENS, FUNDAMENTOS E O ESGOTAMENTO DO MODELO

FELIPE LACS SICHEL

matrícula nº: 111497261

Orientador: Prof. Almir Pita Freitas Filho

ABRIL 2013

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

“Nossos problemas são criados pelo homem. Portanto, podem ser solucionados pelo homem. E o homem pode ser quão grande ele quiser. Nenhum problema do destino da humanidade está além dos seres humanos (...) então, não sejamos cegos em nossas diferenças, mas focalizemos também nossos interesses em comum e os meios pelos quais nossas diferenças podem ser resolvidas. E, caso não possamos acabar com nossas diferenças, pelo menos poderemos fazer o mundo seguro para a diversidade. Pois, em última análise, nosso vínculo comum mais básico é que todos nós habitamos este pequeno planeta, todos respiramos o mesmo ar, todos zelamos pelo futuro de nossas crianças e somos todos mortais.”

John F. Kennedy, 1963.

AGRADECIMENTOS

Nenhuma de nossas conquistas são independentes. Aqueles que nos rodeiam e que, de alguma forma, mais ou menos intensamente, influenciam nossas vidas são sempre corresponsáveis pelos passos que damos em nossas vidas.

Agradeço, inicialmente, a todos os professores que tive o privilégio de ter na UERJ e na UFRJ, pois foram, sem dúvidas, aqueles que lançaram as bases de meu estudo mais aprofundado na economia. Muitos se tornaram exemplos que espero poder seguir de alguma forma daqui em diante.

Um agradecimento especial deve ser feito ao meu orientador, prof. Almir Pita Freitas Filho, pelo apoio irrestrito na elaboração deste trabalho. Ao professor, meu mais sincero obrigado.

Algumas pessoas, pela relevância que tem, merecem menção especial. Logo, devo agradecer a Shani, pelo apoio irrestrito, pela confiança e pelo carinho em todos os momentos, além do grande incentivo durante o período de elaboração deste trabalho. A ela, um obrigado profundo e sincero.

Finalmente, agradeço maiormente a minha família, especialmente meus avós, pais e irmã, que são sempre fonte de inspiração, exemplo e apoio. A todos eles, pelo seu carinho e confiança, obrigado! Espero poder retribuir, de alguma forma, as inigualáveis experiências que me proporcionaram.

Obrigado!

RESUMO

Este artigo traça um panorama do espetacular período vivido pelas economias capitalistas desenvolvidas entre a década de 50 e a década de 70. Estas economias se organizaram em torno dos princípios do Estado de Bem Estar Social e da Economia Mista. O avanço foi considerável em muitos aspectos: econômico, social, político, tecnológico e, de modo geral, representou uma elevação nunca antes vista no padrão de vida das populações destes países. As configurações desta época e suas especificidades econômicas, políticas e históricas são relevantes para a compreensão do real significado do período.

ÍNDICE

Agradecimentos 4

Resumo 5

Introdução 7

1º capítulo: em busca de uma ordem econômica mundial mais estável 9

A instabilidade da década de 20 10

A grande crise de 29 14

A teoria econômica por trás do Estado de Bem Estar Social: Keynes e o surgimento do setor publico 19

2º Capítulo: O setor público e sua atuação após 1945 26

O projeto político das nações ocidentais: os partidos políticos e os consensos nacionais. 28

A atuação do Estado no capitalismo reformado 31

O papel dos Estados Unidos da América 35

O significado da Era de Ouro 37

3º Capitulo: Os diferentes modelos de Estado de Bem Estar Social 42

A economia mista neo-coletivista 43

A relevância do Relatório Beveridge 44

O modelo neo – livre mercado 50

Uma consideração sobre o real enquadramento da Alemanha Ocidental no modelo de neo – livre mercado 50

Os aspectos de neo – livre mercado na Alemanha Ocidenal 51

O modelo de consulta centralizada 54

4º Capitulo: O fim da Era de Ouro – a Crise do Estado de Bem Estar Social e da Economia Mista 58

O aumento da concorrência entre as economias desenvolvidas. A crise no Balanço de Pagamentos dos EUA e o fim de Bretton Woods. 59

O Choque do Petróleo 62

Estagflação e falta de respostas keynesianas. A ascensão do modelo neoliberal. 65

A crise no modelo fordista de produção e seu significado. 69

Conclusão 73

Referências bibliográficas 75

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas pudemos observar no mundo a ascensão em grande escala de projetos político-econômicos com enfoques neoliberais. Estes se centraram basicamente na redução do papel do estado, equilíbrio de contas públicas e instauração de projetos para contenção de inflação e redução de gastos.

Podemos encontrar esta tendência claramente representada em algumas figuras centras da vida política das últimas três décadas, tanto do atlântico norte, como também da América latina. Surgiram, sem embargo, em contraposição a um modelo claro de ação do Estado como agente econômico relevante dentro da economia. Modelo este que perdurou do pós Segunda Guerra Mundial (1945) até meados da década de 70.

O período do pós Guerra até o choque do petróleo é denominado de 'Era de Ouro' por Hobsbawn (2001)[1]. Caracteriza-se essencialmente por estabilidade macroeconômica, crescimento dos salários reais em taxas elevadas, aumento constante de taxas de produtividade por trabalhador, pleno emprego da força de trabalho, crescimento elevado do produto interno bruto (PIB), expansão do mercado de consumo, padrão dólar conforme fixado em Bretton Woods e, principalmente, forte ação estatal na economia através de repasses de renda, promoção de serviços e intervenção direta em empreendimentos determinados.

Podemos afirmar que o Estado, após o grande trauma da crise de 29 e a catástrofe da 2ª Guerra Mundial, decidiu-se por ser o grande promotor de estabilidade econômica, fundamentado essencialmente em uma ótica keynesiana e colocando objetivos expressos relacionado ao Bem Estar econômico geral. Evidentemente, tal modelo encontrou seus expoentes mais claros e maior sucesso nos países da então Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

[1] As desregulamentações econômicas introduzidas a partir do final dos anos 70 foram permitir, em última análise, os excessos que levariam a crise financeira de 2008, da qual a economia mundial (e os governos como agentes econômicos) ainda não conseguiu se recuperar e encontrar um modelo de funcionamento mais equilibrado.

O considerável avanço vivido no período torna um estudo pormenorizado relevante. A compreensão do momento histórico e das condições econômicas existentes à época são essenciais no sentido de entender o que deu base para o Estado de Bem Estar e da Economia Mista no século XX, bem como quais os fatores foram relevantes ao esgotamento do modelo.

Ao mesmo tempo, pela contraposição entre o crescimento estável do período em questão e a situação de turbulência econômica do período posterior, somos levados a supor que o papel estatal tem relevância na manutenção de certas características desejáveis a uma economia nacional. O objetivo deste trabalho monográfico é, portanto, analisar os fundamentos teóricos, a base histórica e o esgotamento do Estado de Bem Estar Social e Economia mista, destacando as especificidades do momento e lançando luz sobre quais elementos podem ser resgatados (por sua relevância) na atualidade.

No primeiro capítulo, iremos analisar o período entre guerras, a crise do modelo liberal e o surgimento de teorias econômicas capitalistas alternativas ao modelo ortodoxo. No segundo capítulo serão analisados os aspectos mais genéricos do Estado de Bem Estar e da Economia Mista, visto que alguns fatores são marcantes e gerais para a grande maioria dos países que implementaram tal modelo. O terceiro capítulo traz uma análise pormenorizada de três modelos específicos, abordando detalhadamente diferenças dentro do campo de ‘Bem Estar’ e ‘Economia Mista’. Finalmente, o quarto capítulo traz um panorama sobre os limites do modelo e seu esgotamento, abordando o momento histórico e sua relação com os fatores econômicos, sociais e políticos da época.

1º CAPÍTULO: EM BUSCA DE UMA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL MAIS ESTÁVEL

Após o final da Segunda Guerra Mundial (2ª GM) os países desenvolvidos (especificamente os países da Europa Ocidental, América Anglo-Saxônica e Japão) iniciaram uma nova Era da história da evolução capitalista. Tal momento é caracterizada por: surgimento de economias mistas (o termo será conceituado no 2º capitulo, mas trata-se da cooperação entre o Setor Público e Privado), democratização do consumo através do consumo de massa, consenso social entre os diversos segmentos da sociedade, forte expansão do PIB e crescimento do salário real acima do crescimento da produtividade.

Este movimento exigiu uma ação coordenada entre diversos setores sociais. Hobsbawm (2001) irá definir este período histórico (que a grande traços vai da década de 50 à década de 70) como a "Era de Ouro", principalmente devido aos grandes avanços a nível socioeconômico que os países centrais atingiram. O caminho traçado neste momento levou ao que convencionamos chamar de Welfare State (o Estado de Bem-Estar Social), baseado nos princípios do modelo keynesiano.

Pode-se afirmar claramente que a motivação por detrás deste amplo projeto é o desejo inconteste de evitar, a qualquer custo, uma nova situação de destruição generalizada como a da Segunda Guerra Mundial. Segundo Padrós (2003, p. 231), "o impacto da guerra sobre a consciência europeia foi considerável. Restou um medo residual da barbárie, da tecnologia destrutiva, dos perversos efeitos das ocupações."

Para Hobsbawm (1995) o nazismo foi, incontestavelmente, o grande culpado pela Segunda Guerra Mundial. Logo, a arquitetura para o pós 2ª Guerra Mundial foi montada no sentido de prevenir as instabilidades que levaram à ascensão do nazismo. Por sua vez essas instabilidades, de origem econômica, políticas, sociais e culturais, surgiram de uma tentativa fracassada de realinhamento da ordem mundial pós 1918 tal qual foi no antes da 1ª Guerra.

Os países centrais buscaram o restabelecimento da ordem econômica liberal como estava estabelecida desde a última parte do século XIX até a Guerra iniciada em 1914. No entanto, fica evidente que um episódio tal como a 1ª Guerra Mundial afetou profundamente a geopolítica e a economia mundial. Frieden (2008) destaca que, após 1914, o mundo entrou em uma fase de declínio. A volta à ordem liberal, com a Inglaterra no centro, seria impossível.

Ao longo deste capitulo, serão analisados os motivos desta instabilidade. Veremos como a reconstrução da economia mundial após a 1ª Guerra Mundial foi conturbada. Ademais, serão pormenorizadas as causas e efeitos da Grande Depressão, dando destaque para as poucas respostas que a economia ortodoxa deu para o controle e recuperação da crise. Finalmente, será discutido o surgimento da escola keynesiana e as respostas que esta escola deu para a contenção da crise e sua revolução em termos de análise econômica.

Devemos destacar que será dada ênfase especial sobre o papel que este trágico período teve sobre a formação econômica e política do mundo ocidental após a 2ª Guerra Mundial, pois, para Hobsbawm (1995), a história mundial posterior a 1945 é incompreensível sem a análise dos impactos do período entre guerras.

1. A instabilidade da década de 20

O mundo saiu do primeiro grande conflito do século XX (1ª GM, 1914-1918) fragilizado. O reerguimento econômico posterior a esse conflito e também as condições pós- Guerra estabelecidas no Acordo de Versailles (1919)[2] iriam gerar um cenário instável a ponto de possibilitar a ascensão do Nazismo na Alemanha. Para Hobsbawm (1995), as consequências das crises econômicas do período entre guerras foi profundo o suficiente para causar a ascensão de algumas das lideranças mais relevantes e definidoras do período, citando-se, principalmente, Hitler na Alemanha e Roosevelt nos EUA.

As nações esperavam um conflito rápido em 1914, o que não se confirmou. Ao perceberem que ele se estenderia necessariamente por um período prolongado, iniciou-se a economia de Guerra. A grande destruição provocada pelos quatro anos de conflito se espelhou evidentemente em decadência econômica. O reordenamento das diversas nações foi complicado ainda pelo surgimento de novos países após a cisão dos grandes impérios do século XIX, a notar, Germânico, Austro-húngaro, Russo e Otomano.

Para as novas nações que surgiram destas cisões não havia muitas alternativas a não ser a impressão de moeda para pagar os custos da reconstrução do pós Guerra (Frieden, 2008). Em consequência disso, muitos países sofreram de crises inflacionárias. Cabe destacar

[2] Souza Braga (1999) destaca o valor final das reparações que a Alemanha deveria pagar. A cifra acordada em 1921 era de 132 bilhões de *gold Mark*. Keynes enfatiza a contradição entre reduzir a capacidade de pagamento da Alemanha e ampliar suas dívidas.
Skidelsky (1992, *in* Souza Braga (1999)) menciona ainda que o acordo minou as capacidades de recuperação da economia alemã, gerando uma instabilidade interna na República de Weimar, que contribuiria em grande parte para ascensão de Hitler.

evidentemente a Alemanha, devido a relevância de sua economia para o mundo naquele momento e, principalmente, devido a relação entre esta crise e as reparações de Guerra estabelecidas em Versailles, nos artigos 231, 232 e 233 (Freitas Filho, 1995).

Freitas Filho (1995) destaca que, por ser considerada culpada pelo conflito, a Alemanha encontrava-se em uma situação mais crítica do que os outros países atingidos pela Guerra. Somando-se as sanções de ordem econômica, militar, política e as reparações, veremos o desencadear de uma crise inflacionária de grandes proporções. Souza Braga (1999), citando Smith (1994, p.4) destaca que a inflação em 1919 era de 70% a.a., enquanto que em 1923 ela havia acelerado para 1,9bilhão % a.a.

Nem todas as nações europeias foram afetadas pelas crises de inflação. No entanto, a tentativa de retornar a estabilidade monetária e ao padrão ouro tal qual havia sido em 1913 tampouco se mostrou fácil nos países que não a enfrentaram.

Uma destas dificuldades está relacionada a escalada dos preços durante e imediatamente após o conflito. Devemos lembrar aqui que o reordenamento imediato de uma nação de capitalismo moderno após um grande conflito envolve momentos curtos de rápido crescimento e recessão, o que contribui na oscilação de preços.

Assim, Freitas Filho (1995) destaca uma rápida recessão entre o fim do conflito e a primavera de 1919. Esta recessão se deve ao cancelamento das encomendas de guerra e da desmobilização dos soldados. Posteriormente observa-se um curto período de *boom* (abril de 1919 até janeiro de 1920), resultante do relaxamento dos controles de guerra e da elevação do consumo, possibilitado pela liquidação das poupanças forçadas do período de conflito.

Devemos destacar o aspecto da economia internacional ao final da década de 20, que terá maior influência em gerar as desestabilidades econômicas de 1929. A Inglaterra tentou retomar o padrão de conversibilidade ao ouro de 1913 (posteriormente, a exemplo da Inglaterra, Bélgica e França também retornariam ao padrão ouro), porém a variação dos preços, conforme explicado acima, levou necessariamente à adoção de políticas monetárias fortemente recessivas para que este nível fosse atingido.

Em 1925 o retorno aos mesmo níveis de conversibilidade foram atingidos. Porém, a valorização da Libra resultante do retorno ao padrão ouro elevou o preço relativo de muitos bens produzidos neste país. Isto significou que partes consideráveis das industrias inglesas

estivessem excluídas dos mercados internacionais na época (Frieden,2008). Consequentemente, a economia inglesa fica desestabilizada, apesar do equilíbrio monetário com base no padrão ouro ter sido atingido. Podemos perceber isso, por exemplo, através do índice de desemprego inglês, que ao longo de toda a década de 20 esteve acima de 10%.

Apesar dos problemas que a ordem mundial pós 1ª GM gerou, em 1924-1925 a sensação era de que a economia havia, efetivamente, se recuperado. Ou seja, neste momento, "mesmo com a devastação causada pela Primeira Guerra Mundial, a maior parte das economias dos países já havia retornado – ou quase – aos índices do pré-guerra" (Frieden, 2008, p. 156).

No entanto, a recuperação tinha caráter desigual. Segundo Frieden, na Europa Ocidental "a indústria passou a produzir 12% a mais do que em 1913, ao passo que a Europa central e oriental apresentavam índices 20% menores que no mesmo período. Os Estados Unidos estavam bem a frente com produção manufatureira (...) cerca de 50% maior que em 1913" (Frieden, 2008, p.156).

Uma vez estabilizado nos níveis anteriores a 1ª Guerra Mundial, o mundo passa por um período de acelerado crescimento entre 1925 e 1926, com elevação da produção industrial em mais de 20%, expansão do comércio internacional e recuperação do investimento internacional a patamares semelhantes ao do início do século XX.

A fonte destes financiamentos provinha principalmente dos Estados Unidos e não mais da Grã-Bretanha. O financiamento americano tinha como destino as nações europeias, asiáticas e latino americanas. Frieden (2008) destaca sobre este aspecto que, entre 1924 e 1928, os EUA emprestaram em média US$ 500 milhões por ano à Europa. Em uma visão mais geral, entre 1919 e 1929, a média anual de empréstimos dos EUA ao restante do mundo foi de mais de US$ 1 bilhão.

Um fato relevante que marcará a economia mundial daqui em diante está explicitado na passagem acima: os Estados Unidos passam a ser o centro da economia mundial durante a 1ª Guerra Mundial. No entanto, a lógica operacional da economia americana como centro econômico mundial era diferente da lógica utilizada pela Grã-Bretanha até 1914. Frieden (2008) destaca que, se bem o presidente Wilson (presidente americano a época do final da 1ª GM) tinha tomado postura ativa nas conferências de paz que levaram ao Tratado de Versailles, o senado americano prontamente reinstaurou a posição tradicional americana de independência e isolamento.

Os relatos e dados históricos não deixam dúvidas sobre a pressão que a Inglaterra realizou em favor de maior liberalismo econômico na Era de Ouro Vitoriana. A lógica operante deveria estar voltada para o estabelecimento de um fluxo de comércio. Os Estados Unidos, ao serem os grandes financiadores do restante do mundo, deveriam ser também os receptores da produção propiciada pelos empréstimos americanos. No entanto, a política norte-americana era notadamente protecionista, o que impedia a conclusão deste ciclo.

Frieden (2008, p. 158 a 164) discorre amplamente sobre a centralidade britânica na era anterior. A Inglaterra operava como centro mundial da economia baseada no padrão ouro e garantia a estabilidade do sistema no período anterior à primeira guerra mundial. Essa posição de destaque envolvia, além de adotar políticas liberais para propiciar a importação dos excedentes produzidos (em parte) devido aos empréstimos e investimentos realizados no exterior, também o papel de mediador de conflitos internacionais.

No entanto, os Estados Unidos não tinham interesse em manter o padrão ouro e tampouco tinham interesse em mediar os conflitos locais (independente da espécie) que surgiam no mundo. O mercado americano chegou a estar aberto a importações, mas partir da década de 20 este fato se inverte e o país volta a operar como tradicionalmente operou sua política comercial ao longo do século XIX, protegendo grandemente a indústria nacional através de tarifas.

Em relação ao isolacionismo americano, Frieden (2008, p. 164) destaca:

> A economia clássica britânica era altamente direcionada para o exterior: na direção dos mercados estrangeiros, dos fornecedores estrangeiros e dos investimentos estrangeiros. Nos Estados Unidos, contudo, o grau de exposição à economia internacional variava de modo significativo. Wall Street era altamente engajada, da mesma forma que muitos produtores agrícolas e algumas das principais indústrias do país. No entanto, o cerne industrial norte-americano continuava a se voltar para as questões internas, permanecendo ilhado e protecionista. (...) Os Estados Unidos não contaram com um consenso, ao estilo britânico, para uma participação ou liderança internacional.

Percebemos que os Estados Unidos estiveram, portanto, aparatados dos muitos conflitos que movimentaram o continente europeu na década de 20. Os episódios de enfrentamento, territorial ou econômico, eram claramente consequências do conflito armado que abalou o continente de 1914-1918. Dentre estes, o que talvez tenha maior consequência para o desenrolar dos eventos da década de 30 deve ser a intransigência dos países em receber as indenizações e reparações de guerra das nações perdedoras (principalmente a Alemanha) e também a insistência americana em ter seus empréstimos para as nações europeias saldados (Frieden, 2008).

Finalmente, damos destaque a um quadro de desequilíbrio interno da economia norte americana, o que irá levá-la ao trágico episódio da crise de 29. Freitas Filho destaca a desigualdade entre os diversos setores da economia. Por exemplo, Freitas Filho (1995) cita dados de Lewis (1949, p. 38-9), destacando que, no período de 1923 a 1929, a produtividade por homem-hora cresceu 32% na manufatura e somente 15% na agricultura.

Ademais, cita também que o aumento de renda para os assalariados verificado entre 1921 e 1928 (da ordem de 22%) não eram suficientes para evitar que mais da metade dos trabalhadores dos EUA não ganhassem o suficiente para sobreviver. Assim, produzia-se uma situação contraditória, pois a elevação da produção industrial e sua sustentação naquele país dependiam fortemente do mercado interno. No entanto, face os números apresentados acima, era evidente que grande parte deste não tinha como consumir o que era produzido, gerando assim um dos grandes fatores de desestabilização que levariam a crise de 29.

2. **A grande crise de 1929**

A explicação comum para a grande recessão iniciada em 1929 é de que esta foi uma crise de excesso de oferta. Para Hobsbawm (2001), a economia mundial não gerou demanda suficiente para a produção continua e crescente das mercadorias produzidas nas economias avançadas. Pudemos observar a pertinência desta explicação através dos dados apresentados ao final da seção anterior.

No entanto, devido as relações entrelaçadas das economias naquela época, devemos analisar a crise como um sequência de eventos que afetou paulatinamente os sistemas financeiros de diversas nações tendo desdobramentos claros no produto das economias nacionais e afetando portanto o crescimento e a estabilidade de grande parte do mundo.

Hobsbawm (1995) destaca ainda que podemos explicar a crise através da instabilidade na economia internacional gerada pela política isolacionismo americano. Conforme mencionamos na seção anterior, esta política impedia a formação de superávits por parte das nações devedoras, o que impedia que a circulação de capitais e produtos se completasse. A desestabilização dos mercados internacionais resultaria, finalmente, na crise.

Para Frieden (2008) a crise se inicia com o esfriamento do *boom* do final dos anos 20 nos países europeus, o que resultou em uma diminuição do ritmo de crescimento da economia

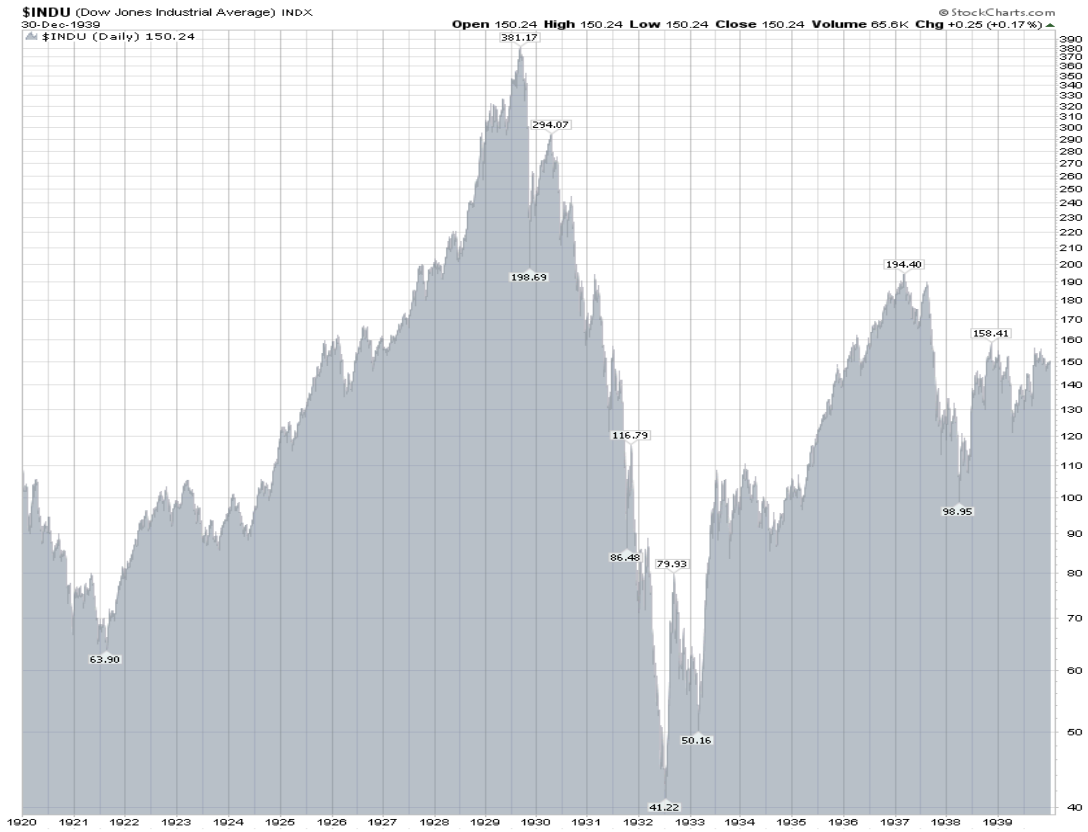
global. Soma-se a isso uma crise agrícola que atingiu grande parte do mundo e uma leve recessão afetando Europa e Ásia.

Destacamos na seção anterior o grande volume dos investimentos e empréstimos americanos para o restante do mundo. Uma vez que a desaceleração citada acima foi constatada, houve um redirecionamento do fluxo de capitais, que buscavam maior rentabilidade na economia americana. Assim, a quantidade de investimentos no exterior declinou rapidamente em troca de investimentos internos com maior retorno. Paralelamente à escassez de divisas destinadas a empréstimos e investimentos externos, verifica-se um grande aumento do volume de capital investido na Bolsa de Nova Iorque.

Frieden (2008) relaciona os dados de empréstimos internacionais feitos pelos EUA ao final da década de 20. Nos primeiros seis meses de 1928, os empréstimos totalizaram US$ 140 milhões na média mensal. No entanto, este nível se reduz pela metade entre o segundo semestre de 28 e o primeiro semestre de 29. Isto se deve ao redirecionamento destes fundos para a Bolsa de Nova Iorque.

Para demonstrar o impacto deste fluxo de receitas para a Bolsa, convém analisar a evolução do índice durante o período. Abaixo apresentamos o gráfico demonstrativo da evolução do índice *Dow Jones* (bolsa de Nova Iorque) entre os anos de 1920 e 1939.

Índice Dow Jones de 1920 a 1939



Fonte: http://stockcharts.com/freecharts/historical/djia19201940.html, acessado em: 20/01/2013

Percebemos uma contínua evolução do índice a partir de 1922, fato este que se intensifica claramente a partir de 1927 e, mais expressivamente a partir de 1928. De fato, em 1928 o índice marcava ao redor de 200 pontos, enquanto que um ano depois, em setembro de 1929 (ponto máximo da curva exposta acima), o índice marcou 381,17 pontos (Frieden, 2008), representando um aumento de quase 100% no período de um ano.

A elevação brusca representa um aumento do investimento especulativo e, consequentemente, a formação de uma bolha acionária. Por sua vez, este processo causa preocupação à autoridade monetária máxima dos EUA, o *Federal Reserve* (Fed) que, numa tentativa de coibir o "comportamento excessivamente especulativo" (Frieden, 2008, p.193) inicia um processo de elevação das taxas de juros, o que deveria dificultar empréstimos e levar a redução das aplicações no mercado acionário.

Devemos destacar aqui o isolacionismo norte-americano, pois a elevação das taxas de juros nacionais intensificou o fluxo de capitais em busca de maior rentabilidade nos EUA, contribuindo para ainda maior redução de capitais disponíveis para empréstimo aos países europeus e dificultando ainda mais sua situação.

A escassez de investimentos americanos transformou a leve recessão dos países europeus e asiáticos em uma recessão severa. A solução dos bancos centrais destes países seguia as recomendações da teoria clássica. Assim, ocorreu a elevação da taxa de juros para tentar atrair novamente investimentos americanos (Frieden, 2008). Esta medida, no entanto, termina por dificultar a retomada dos investimentos, conforme será estudado teoricamente na próxima seção.

Como é fato conhecido (Hobsbawm, 1995), a crise da bolsa é deflagrada nos dias 28 e 29 de outubro de 1929. Segundo Frieden (2008), o mercado acionário perdeu, em três semanas, os avanços registrados ao longo de 18 meses. Evidentemente estes fatores se espalharam para toda a economia. Assim, percebemos um processo continuo de queda de preços até meados da década de 30, acompanhado de severa e acelerada redução na produção industrial norte americana e nas importações e exportações deste país.

Ou seja, a economia mundial fortemente entrelaçada irá ser retroalimentada pelos movimentos da economia americana. O mundo irá cair, rapidamente, em um grande processo recessivo e na depressão.

Hobsbawm (1995) destaca a rápida contaminação que a crise americana teve ao redor do mundo. O autor destaca, por exemplo, que a queda vertiginosa dos preços dos produtos básicos[3] deixou países exportadores destes em situação vulnerável. Faz-se necessário mencionar também que a redução sensível nas importações dos EUA afeta rapidamente a maior parte das economias no mundo (a exceção mais notória era, evidentemente, a URSS).

Outro fator relevante é o desemprego. Este é consequência clara da recessão e da queda vertiginosa na produção de todos os setores da economia. Faz-se necessário dar especial atenção para esta questão, pois seus números elevados são justamente o maior combustível para as pressões sociais que levaram a radicalização política (Hobsbawm, 1995). Ademais, será pormenorizado no segundo capitulo que a luta contra o desemprego será um dos principais objetivos da Era de Ouro, justamente pelas consequências nefastas que sua explosão gerou.

Para compreendermos estas consequências, devemos destacar o nível de desemprego de algumas nações. Hobsbawm (1995) apresenta os níveis para o período de 1932 e 1933. Na

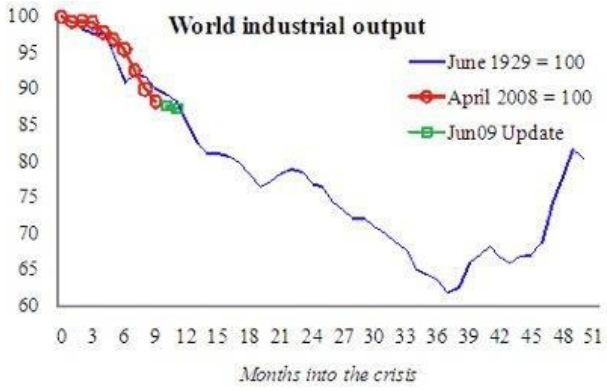
[3] Frieden (2008) fornece alguns dados para demonstrar a grande queda no preço destes produtos. Por exemplo, o kg da borracha caiu, entre 1929 e 1932, de 42 centavos para 3 centavos. Este comportamento se verificou também na maioria dos produtos.

Inglaterra, o desemprego esteve em 23%; nos Estados Unidos, em 27%; na Noruega, em 31%; na Áustria em 29% e, na Alemanha, em 44%. Estes são números evidentemente elevados. A situação torna-se ainda mais complicada pela ausência de planos de previdência social abrangentes. Assim, cria-se uma situação de calamidade evidente.

Dentro dos objetivos deste trabalho, devemos dar especial ênfase às tentativas de solução empregadas pelos governos, pois isso irá servir de base para as críticas do modelo *laissez-faire*. Por exemplo, a política adotada inicialmente pelo FED era notadamente liberal (Frieden, 2008). A ideia era impor um período de austeridade para economia (portanto, manteve-se uma taxa de juros elevada) e conseguir assim que a recessão atuasse na eliminação dos setores e industrias desnecessários ou ineficientes. A redução de preços e salários, que foi de 14% e 16%, respectivamente, entre 1929 e 1930 (Frieden, 2008) deveria gerar estimulo suficiente para retomada do investimento privado e, assim, terminar a recessão.

Porém a evolução da crise não ocorreu conforme a teoria clássica previa. O gráfico abaixo demonstra a queda na produção industrial ao longo dos anos da Grande Depressão. Os problemas da economia americana tiveram consequências claras na economia mundial e por mais que tenha existido um severo ajuste de preços e produção (para baixo), não ocorreu o impulso esperado de demanda.

Produção industrial mundial



Fonte: http://www.investorsinsight.com/blogs/john_mauldins_outside_the_box/archive/2009/06/22/a-tale-of-two-depressions.aspx , acessado em 20/01/2013

Os países europeus se esforçaram no sentido de manter o comprometimento com o padrão ouro e com políticas clássicas de livre-comércio e austeridade. No entanto, isso levou somente a maiores turbulências. O dilema dos governos à época residia justamente entre optar pelas recomendações da teórica clássica ou então por adotar medidas para conter a derrocada

econômica e o escalonamento dos índices de desemprego. A adoção de medidas ortodoxa, que não resultaram em nenhum tipo de solução intensificou, finalmente, a instabilidade política.

Evidentemente, a combinação de recessão continuada e a experiência de desemprego em massa prolongada não seria sustentável nem na esfera política, nem na esfera social. Como exemplo, a Alemanha. Este foi um dos países mais afetados pela guerra devido a frágil situação vivida ao longo dos anos 20. As eleições de 1930 demonstram bem a insatisfação e radicalização da população, que direcionou 31% dos votos para partidos notoriamente anti-liberalismo econômico: o partido comunista alcançou 13% dos votos e o partido nazista 18% (Frieden, 2008).

Dentre todos os aspectos relevantes do período cabe ressaltar, devido ao escopo deste trabalho, a inabilidade dos governos em lidarem com o caos econômico da época. Não somente que as medidas austeras e liberais propostas pela econômica clássica não surtiam efeito, não logrando reverter ou estabilizar as economias nacionais. Para Hobsbawm (1995), a falta de soluções satisfatórias oferecidas pela economia liberal seria fundamental para tornar a situação crítica para as lideranças políticas dos países afetados pela crise.

Portanto, estas medidas contribuíram em grande parte para aprofundar ainda mais as mazelas do período. Assim, faz-se necessário buscar por novos diagnósticos e novas soluções. Neste contexto, os conturbados anos do pós guerra e as nefastas consequências da grande depressão, irá ganhar espaço a teoria keynesiana (ao lado também de outros autores, que se distanciam da ótica liberal). O autor irá alterar o diagnóstico da crise e demonstrar que a atuação do governo pode ser proveitosa em sua solução. Ademais, face os eminentes riscos sociais do período, irá surgir um modelo de Estado que privilegie o Bem Estar, visando assim a manutenção de paz social.

3. A teoria econômica por trás do Estado de Bem Estar Social: Keynes e o surgimento do setor público.

Ao longo das duas últimas seções foram analisadas as circunstâncias instáveis do período entre guerras e que levou, em sua última consequência, ao surgimento de regimes políticos nazifascistas na Alemanha e na Itália. Conforme mencionado no início do capitulo (e como será estudado no capítulo seguinte), o consenso após 1945 e a derrota dos países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália) era evitar a todo custo os fatores de instabilidade que permitiram o surgimento

destes regimes. A partir deste momento, devemos nos voltar para a teoria capitalista que predominou como resposta aos movimentos de radicalização à direita e à esquerda.

John Maynard Keynes nasceu no centro do *establishment* político e econômico da Grã-Bretanha, na época em que este país era, de fato, o centro da economia mundial. Segundo Fusfeld (2001), Keynes foi aluno de Alfred Marshall[4] em Cambridge e foi educado dentro da corrente neoclássica mais tradicional. No entanto, seu trabalho teórico viria a questionar fortemente os alicerces desta escola e o desenvolvimento em cima do Princípio da Demanda Efetiva e da atuação do Estado como agente econômico através de política monetária e fiscal teriam desdobramentos relevantes nos anos seguintes.

Keynes (Fusfeld, 2001) foi o representante máximo do Tesouro Britânico durante as negociações da Conferência de Versailles. No entanto, ele se demitiu em protesto as condições impostas pelas nações vencedoras à Alemanha. Sua crítica em relação a "realidade política e (...) a insistência dos aliados em receber as exorbitantes indenizações" (Frieden, 2008, p. 167) do Tratado de Versailles o levou a pedir demissão da comitiva britânica.

Para Fusfeld (2001), Keynes materializa as consequências que a política de retaliação extrema contra a Alemanha poderiam ter em seu livro "As consequências econômicas da Paz", lançado ainda em 1919. Este livro, "um dos trabalhos mais proféticos da época" (Fusfeld, 2001, p. 170) traz uma análise das conferências de paz e do tratado em si e a frustração de Keynes com seus resultados.

Posteriormente, os trabalhos de Keynes serão no sentido de criticar o retorno da Grã-Bretanha ao padrão ouro, sacrificando para tal bem-estar e o nível geral de emprego. Estes (Fusfeld, 2001) trouxeram parte do que viria a materializar-se como os pressupostos básicos da economia keynesiana.

No entanto, o mundo acadêmico e político encontrava-se ainda atado à escola neoclássica. A grande depressão do final dos anos 20 resultou então no fracasso das soluções ortodoxas, conforme analisado na seção anterior. Assim, abriu-se espaço para que as novas ideias em

[4] Alfred Marshall foi um dos economistas mais relevantes de sua época. Sua obra abordou assuntos como oferta e demanda; utilidade marginal e custos de produção, sendo um dos pilares da economia neoclássica.
Segundo Frieden (2001), Marshall era um influente economista do final do século XIX e inicio do século XX.

relação à política econômica ganhassem respaldo de governos que estavam dispostos a implementá-las.

Para Fusfeld (2001), a teoria econômica ortodoxa está intrinsecamente ligada ao princípio da Lei de Say[5]. Sendo assim, uma crise de excesso de oferta (uma característica marcante da Grande Depressão) não teria espaço para ocorrer. O pleno emprego dos fatores de produção, cabendo lembrar que na economia neoclássica o trabalho está contido dentro desta definição, é o ponto de equilíbrio do sistema econômico e os agentes, atuando independentemente e de forma racional, irão levar a economia para este equilíbrio.

O economista sueco Knut Wicksell irá introduzir algumas críticas significativas ao modelo ortodoxo e ao automatismo do gasto da Lei de Say. Fusfeld (2001) destaca que este economista que este economista percebeu, contrapondo teoria e fatos, em períodos de desaceleração da economia (com redução de investimentos e retenção de dinheiro) a taxa de juros se mantinha elevada. Já em períodos de aquecimento econômico, a taxa de juros tendia a ser baixa. A conclusão de Wicksell, ao postular que a taxa natural de juros compatível com o pleno emprego poderia diferir da taxa de juros do mercado, foi que o equilíbrio em uma economia depende do nível de atividade econômica, não de alterações na taxa de juros.

A teoria keynesiana irá utilizar uma formulação similar, apesar de abandonar os conceitos de taxa de juros natural e de mercado elaborados por Wicksell, pois o elemento fundamental, de que o equilíbrio da economia depende do nível total de dispêndio foi relevante para a formulação keynesiana. (Fusfeld, 2001)

Para Keynes, a concepção de incerteza pode levar os agentes a desejarem reter maior ou menor quantidade de riqueza em forma liquida. Neste sentido, o que antes (retenção de moeda) não era contemplado pela Lei de Say, passa a ser considerado na teoria. A moeda torna-se então o ativo com a maior liquidez disponível e sua retenção por parte dos agentes pode ser motivada para transações, por precaução ou por especulação (Cardim, Pires de Souza, Sicsú, de Paula e Studart, 2007).

Um outro aspecto, a taxa de juros, também é relevante. Enquanto a teoria clássica explica que a taxa de juros é reflexo de aspectos reais da economia (como a produtividade de capital),

[5] "De acordo com a teoria ortodoxa de pleno emprego incorporada a Lei de Say, qualquer quantia poupada encontraria seu caminho rumo ao investimento por meio do mercado monetário. Se houvesse uma tendência da poupança exceder o investimento, um declínio na taxa de juros rapidamente ajustaria a situação; se o investimento superasse a oferta de poupança. A taxa de juros aumentaria e restabeleceria a igualdade." (Fusfeld, 2001, p.172)

a teoria keynesiana determina que a taxa de juros é a recompensa em troca de menor liquidez. Ou seja (Carvalho, Pires de Souza, Sicsú, de Paula e Studart, 2005), o recebimento de juros é um reflexo de uma decisão do agente em investir ao invés de reter moeda.

Assim, abre-se espaço para a política monetária. O governo (através do Banco Central) pode agir para manter a taxa de juros em um determinado nível. Face a este nível, os agentes decidem quanto de riqueza irão reter em moeda e quanto será direcionado a outras formas (Fusfeld, 2001). Uma vez que as expectativas de retorno de um investimento sejam superiores a taxa de juros (e aí considera-se também a incerteza quanto a maturação deste investimento), o agente poderá optar pela efetivação deste projeto. Por sua vez, este investimento é igual a um dispêndio e consumo de outros bens, aquecendo assim a demanda e elevando o nível de atividade da economia.

Segundo Fusfeld (2001), Keynes destaca ainda a relevância da intervenção direta do governo na economia através de política fiscal, obras públicas e financiamento geral ao setor privado. Para o autor, Keynes acreditava que, visto a situação de depressão da década de 30, seriam necessários estímulos mais fortes que somente a política monetária.

Comparando-se estes últimos parágrafos ao que foi mencionado no final da última seção, fica evidente a diferença entre o papel do Setor Público para Keynes e o papel que o Setor Público realizou sob orientação da teoria ortodoxa.

Na nova concepção, o Setor Público pode (e deve) atuar para aquecer a economia através do fortalecimento da demanda. Na Teoria Geral, Keynes irá mostrar que o próprio governo poderá agir com investimento ativo para aquecer a demanda. Assim, para épocas de redução nos investimentos e, evidentemente, menor nível de emprego, o governo deverá levar a cabo projetos próprios de investimento para aquecer a demanda. Surge então a possibilidade do estado atuar como agente no sistema econômico sem estar ferindo, necessariamente, o *modus operandi* do capitalismo. Pelo contrário, atuando, o estado poderá elevar o grau de emprego da economia e propiciar um maior nível de produção (Fusfeld, 2001).

Como exemplo de atuação do estado na economia podemos citar o caso norte americano. Após anos de depressão econômica, o governo de Franklin Roosvelt, eleito em 1933, iria pôr em prática o *New Deal*, com o objetivo explícito de reerguer a economia. Segundo Heilbroner e Milberg (2008, p. 132): “a mudança se constituiu do surgimento do setor público como uma

força importante na economia, mudança essa marcada por um aumento jamais visto da amplitude e do alcance dos poderes governamentais no sistema de mercado.".

O *New Deal* englobou uma forte intervenção do governo americano nos mercados, regulamentando fortemente a atuação de bancos e empresas e atuando, principalmente, para fazer o mercado funcionar ao invés de substituí-lo. Soma-se a isso ainda um intenso programa de investimento público, visto que "a chave da prosperidade ou da depressão (...) estava no volume total de gastos que uma sociedade de mercado oferecia para seus bens e serviços. Quando esse volume fosse elevado, emprego e renda seriam elevados (...)." (Heilbroner e Milberg, 2008, p. 138).

Evidentemente o elevado grau de dispêndio do governo americano não veio sem receio. Os gastos elevados se baseavam na esperança de que serviriam para reanimar o setor privado e que o déficit público seria assim compensado no futuro. Porém esta situação não se materializou imediatamente ou a curto prazo. Ainda segundo Heilbroner e Milberg (2008, p.137):

> (...) os novos gastos do governo federal fracassaram em se constituir um estimulo. Os investimentos privados não aumentaram a de forma espontânea a ponto de assumirem sua tradicional função propulsora, agora temporariamente executada pelo governo. (...) o fracasso em ser um estimulo – concebido como uma medida de emergência – ocasionou uma expansão do seu papel. O governo (...) passou a ser visto como uma instituição permanente de estabilização e promoção do crescimento para a economia de mercado como um todo.

O setor público passa então a ter um papel fundamental dentro da organização de uma economia nacional. Ele deixa seus postulados básicos do século XIX, abandonando o liberalismo e o *laissez-faire* em troca de uma posição ativa e comprometida com o nível de atividade.

Essa transição de papeis inicia-se com a Grande Depressão, passa pelo *New Deal* e se solidifica com a 2ª Guerra Mundial. Os elevados gastos do governo, inicialmente através do *New Deal* e posteriormente com os esforços de guerra tonam-se costumeiros. Somando-se o embasamento teórico apresentado pela economia keynesiana (e no pós 2ª GM ela já contava com importantes seguidores acadêmicos), o público geral já não via o setor público como um ente estranho à economia. O fator final de sua solidificação foi o término da 2ª GM e o temor de que ocorresse uma forte redução no nível de atividade dos Estados Unidos o que levaria novamente a uma onda de desemprego maciço, sendo que, evidentemente, não havia interesse por parte de nenhum agente em reviver este cenário. Consequentemente, aprova-se em 1946 o

Employment Act, onde a oferta máxima de emprego, produção e poder de compra passam a ser compromissos do governo americano para sua nação (Heilbroner e Milberg, 2008).

Este estado de espírito e permissão para a atuação do governo dentro dos marcos do capitalismo seriam fundamentais para a reconstrução da Europa no pós 2ª Guerra Mundial. O compromisso dos governos em não deixar que se retornasse a uma situação similar a da década de 30 foi fundamental para o estabelecimento de uma série de sistemas político-econômicos nos diversos países da Europa Ocidental que previam políticas de Bem Estar e ativismo governamental para manter a paz social e uma trajetória de crescimento. Ao mesmo tempo, a atividade do setor público já não era vista como perigosa ao sistema capitalista, mas entendia-se que o capitalismo havia entrado em uma nova fase. Este fator, de "afastamento do perigo comunista" tem relação também com a exclusão de partidos comunistas do cenário político e ações afirmativas de partidos sociais democratas para reafirmar seu compromisso com uma sociedade de mercado. Estes casos serão analisando mais profundamente nos próximos capítulos através de exemplos de diversos países da Europa Ocidental.

Ao longo do capitulo pudemos observar alguns dos fatores fundamentais que caracterizaram a economia mundial ao longo do período entre guerras. A relevância deste período reside tanto na ineficiência do diagnóstico e da receita ortodoxa para a crise, como também no surgimento de novas teorias que iriam permitir maior atuação do Setor Público na esfera capitalista.

Essencialmente, essa nova atuação poderia ocorrer sem que houvesse um distanciamento de uma economia capitalista. O temor existente pela associação entre intervenção estatal, planejamento e socialismo, começou a ser desfeito neste momento.

A dissociação destes e a percepção que o Estado pode atuar para incentivar a economia e contrabalancear seus ciclos será uma formulação essencial para o desenvolvimento das economias capitalistas avançadas no período que vai de 1945 a década de 70. Pois, como veremos a seguir, todos estes países adotaram modelos de 'economia mista'.

Sem dúvida, a época analisada trouxe inúmeros dilemas para a ciência econômica e para os governos, pois foi um período de significativas transições. Mazower (2001) destaca que houve uma crise profunda do modelo liberal. As democracias instaladas neste período tiveram suas bases afetadas de maneira significativa. Em última instância, a ascensão dos regimes nazi-fascistas e a radicalização política observada na Europa foi consequência, justamente, de um

campo moderado fraco, sem expressão política significativa e com um projeto econômico que não atendia as principais demandas sociais (essencialmente, o fim do desemprego).

Finalmente, as consequências nefastas da Grande Depressão forçaram os governos a buscar a priorizar as questões sociais (Hobsbawm, 1995), pois não fazê-lo traria (e em alguns países, trouxe) perigos reais para o Estado democrático. Neste contexto, de rechaço às políticas do período entre guerras, irá surgir o modelo de Estado da Era de Ouro, com ações no sentido de estimulo de Bem Estar e de economia mista.

2º CAPÍTULO: O SETOR PÚBLICO E SUA ATUAÇÃO APÓS 1945

No primeiro capitulo analisamos as instabilidades econômicas e sociais do período entre guerras (1918-1939) e pôde-se observar uma gradual ascensão do Setor Público como agente econômico responsável pela manutenção de estabilidade através de promoção da atividade econômica.

Ao longo deste capitulo, serão analisados os principais fatores para a ascensão dos sistemas de economia mista na Europa Ocidental, no Japão e nos Estados Unidos da América. A análise deste capitulo será generalizada, abordando os aspectos centrais que levaram ao modelo econômico e a organização dos países ocidentais ao longo da Era de Ouro. No capítulo seguinte iremos tratar casos específicos, analisando os exemplos de três países em especial

Convém ressaltar que para Van der Wee (1986), os sistemas de economia mista dessa época são aqueles onde a competição através do livre mercado manteve força no aspecto microeconômico, mas foi complementado (e humanizado) pela intervenção governamental no ambiente macroeconômico.

Herman Van der Wee (1986, p. 281) sustenta (em tradução livre para o português):

> A economia mista não surgiu como um sistema coerente baseado em uma ideologia específica. Ao contrário, ela cresceu baseada na compreensão de que a economia de livre mercado havia falhado dramaticamente no Ocidente no período entre guerras.[6]

Ainda segundo Van der Wee (1986, p. 281) (em tradução livre para o português):

> A ansiedade e confusão que tomou conta do Ocidente durante a Grande Depressão de 1930 e a Segunda Guerra Mundial fortaleceram a crença de que, quando chegasse a paz, um novo sistema deveria ser estabelecido. Um que levasse em conta os ensinamentos do passado. Assim, a Economia Mista fez sua aparição definitiva no cenário mundial.[7]

Percebemos através destas duas passagens a preocupação reinante ao final da Segunda Guerra Mundial em estabelecer um sistema econômico que pudesse lidar com uma realidade

[6] Trecho original: "The mixed economy did not come into being as a coherent system based on a specific ideology. Instead, it grew out of the realization that the free-market economy had dramatically failed in the West during the inter-war period." (Van der Wee, 1986, p.281).

[7] Trecho original: "The anxiety and confusion which had gripped the West during the Great Depression of the 1930s and the Second World War strengthened the belief that when peace came a new economic system should be set up, one which twould take into account the lessons of the past. The mixed economy thus made its definitve appearance on the world stage." (Van der Wee, 1986, p.281).

mundial cada vez mais complexa, suavizando os grandes choques e coordenando, melhor do que a economia de livre mercado, o crescimento e desenvolvimento econômico.

Entre os desafios estavam, evidentemente, a questão da reconstrução dos países afetados pela Guerra, recriações de instituições nestes países, reordenamento das finanças mundiais, reorientação das economias de Guerra para economias de paz e construção de um consenso social face ao risco de ascensão do comunismo. Tanto nas regiões dominadas pela União Soviética, como também no restante do mundo.

Devemos dar ênfase a questão do 'risco bolchevique'. Segundo Hobsbawm (1995), foi a Guerra Fria que incentivou os EUA a tomar postura de liderança no mundo capitalista e ajudar, também financeiramente, as nações que ainda não haviam passado à área de influência soviética (e que representavam, em contra partida, interesse estratégico aos EUA). Isso se justifica pela impossibilidade política e social de permitir o retorno do desemprego em massa nestes países (Hobsbawm, 1995). Ou seja, havia um temor real por parte dos formuladores de política na época de que, mantidas ou reascendidas instabilidades consequentes de desequilíbrios sociais, os países recém saídos da guerra adotassem, cada vez mais, o modelo soviético.

Na passagem de Van der Wee acima, 'levar em conta os ensinamentos do passado' significa não repetir novamente os mesmos erros do período entre guerras. Neste sentido, Hobsbawm (1995) é enfático ao afirmar que tanto a Grande Depressão como a situação geral do mundo capitalista no entre guerras foram experiências históricas de grande impacto na sociedade da época. Portanto, havia consenso em não voltar à ordem capitalista liberal, como havia sido tentado ao longo da década de 20. Como vimos no primeiro capítulo, esta tentativa gerou, finalmente, grande parte dos distúrbios que se queria evitar.

Assim, as experiências de economias mistas surgiram como "resultado de Visões convergentes de diferentes grupos sociais durante e após a Segunda Guerra Mundial*"* (Van der Wee, 1986). Ou seja, percebemos que existe uma tendência clara no mundo ocidental em direção a um ordenamento diferente da estrutura econômica dos países desta região. Havia consenso no sentido de romper com a ordem tradicional e construir de forma harmoniosa uma nova realidade econômica (Van der Wee, 1986).

1. O projeto político das nações ocidentais: os partidos políticos e os consensos nacionais.

Um dos primeiros fatores que devemos mencionar ao estudar a construção política posterior a 1945, e que permitiu a estruturação dos sistemas de Bem Estar Social[8] na Europa e no Japão, é o papel desempenhado pelos partidos da Social – Democracia. As alterações promovidas no interior destes partidos em relação a ideologia e as concessões ao Estado democrático burguês tem grande relevância, pois isso os transforma de movimentos políticos temidos em partidos capazes de estar em coalizão com outras forças políticas. Na prática, isso significa disposição a coexistência política e, consequentemente, a abertura de concessões ideológicas.

Devemos qualificar esta mudança de atuação dos partidos da esquerda na Europa ocidental, principalmente dos partidos da social – democracia de origem socialista. Padrós (2000) destaca que a participação de partidos desta matriz em governos europeus do entre guerras foi, notadamente, desastrosa. Logo, havia motivação em distanciar-se de políticas e posturas malsucedidas anteriormente.

Ao mesmo tempo, Padrós (2000) cita o distanciamento (deliberado) destes partidos da ideologia soviética. Isso se manifesta pela colaboração com partidos de centro e direita "dentro dos limites de legitimidade do Estado Burguês". Os partidos da social – democracia aceitam

[8] Faz-se necessário definir 'Estado de Bem Estar Social' e 'Economia Mista':

'Economia mista' é, conforme mencionado ao início deste capitulo e no capitulo 1, para Van der Wee (1986), um sistema onde o livre-mercado é mantido no campo microeconômico, mas onde o Setor Público adota, ativamente, uma função coordenadora e de agente no campo macroeconômico. Souyri (1986) exemplifica este aspecto pela obrigação assumida pelo Estado em indicar ao setor privado sua projeção para a demanda futura, além de evolução dos gastos públicos. Devemos ressaltar também o aspecto de ativismo econômico, que será pormenorizado ao longo deste e do próximo capitulo. O ativismo envolve, basicamente, ação fiscal, monetária e de investimentos diretos no sentido de garantir elevadas taxas de crescimento da economia em combinação com uma pequena taxa de desemprego.

'Estado de Bem Estar Social' se refere a políticas de promoção do Bem Estar adotadas pelos países do mundo Ocidental ao longo da Era de Ouro. Segundo Padrós (2000) estas políticas têm cunho de assistência familiar, habitacional, auxílio financeiro, serviços de saúde, educação e proteção estendida contra o desemprego e invalidez. Ainda segundo Padrós (2000), a doutrina Keynesiana se converte em base teórica para o Estado de Bem Estar Social, ao defender a regulação estatal na economia e nas relações sociais.

A combinação destes dois elementos, a economia mista e o estado de bem estar social, acabou por delinear a ação do setor público ao longo da Era de Ouro.

que não eliminarão as contradições inerentes ao capitalismo de maneira revolucionária ou imediata e passam a defender políticas de bem estar aos trabalhadores, como a expansão de programas de moradia popular, programas de emprego e programas de pensão pública. Padrós destaca que os partidos da social – democracia desistiram, por mais que no discurso, momentaneamente, de reformas estruturais do sistema capitalista.

Van der Wee apresenta uma leitura diferente a de Padrós no que se refere a modificação real da estrutura econômica. Para Van der Wee (1986), os programas da esquerda estavam orientados para reformar estruturais da sociedade e desvio de uma economia baseada no lucro. Isto se manifesta através de adoção de ações de planejamento e aumento da participação dos trabalhadores na gestão da indústria e na renda, além da introdução dos programas de Bem – Estar, como habitação, educação e saúde.

Apesar da discordância no que tange a questão estrutural, podemos afirmar que os partidos da social – democracia se movimentaram claramente em direção ao centro do espectro político. Para tanto, foram abandonadas as bases revolucionárias do marxismo e o discurso revolucionário em troca de uma atuação de reformismo dentro dos limites do capitalismo (Padrós, 2000).

Esse distanciamento do socialismo soviético por parte dos partidos da social –democracia é reforçado por Hobsbawm (1995). Para este autor, os únicos partidos que tinham proposta econômica própria eram os comunistas, que defendiam a destruição do modelo capitalista em troca de adoção do modelo soviético. Por outro lado, os partidos da social –democracia e da esquerda em geral não mantiveram a postura revolucionária. Por exemplo, o partido socialdemocrata da Alemanha Ocidental retirou oficialmente a palavra socialismo de sua plataforma ideológica em 1957 (Padrós, 2000), abandonando o marxismo.

Para Hobsbawm (1995) a esquerda não tinha alternativas que não fosse exigir a abolição do capitalismo. No entanto, faltava aos partidos desta ala um programa para levar a cabo este objetivo. Deste modo, para que a promoção do Bem Estar Social dos trabalhadores seja possível, faz-se necessário uma economia forte e geradora de riqueza. Sem este crescimento, não haveria produto suficiente para ser repartido entre a sociedade de maneira pacifica. Logo, Hobsbawm (1995) destaca que os partidos de esquerda irão trabalhar no interior do estado burguês para promover uma economia interna forte. Ao mesmo tempo, o autor menciona o elevado sucesso eleitoral desta postura, o que somente reforça esta atuação.

Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que o movimento em busca de maior ingerência do Estado sobre a economia e, consequentemente, redução do poder de ajuste promovido pelo livre mercado também foi priorizado por partidos de centro e de direita. Estes partidos defenderam, tal qual os partidos sociais – democratas, uma maior intervenção do governo na vida econômica, ganhando apoio do setor industrial, bancário e acadêmico (Van der Wee, 1986).

Destaca-se aqui que o apoio acadêmico aos projetos de intervenção do governo no sentido de equilibrar o capitalismo vinha, evidentemente, da grande aceitação que as ideias keynesiana obtinham nestes ciclos.

Finalmente, devemos mencionar com clareza os objetivos deste capitalismo reformado, que era uma união entre o liberalismo econômico e a democracia social (Hobsbawm, 1995). Estes objetivos eram balizados pelo temor à instabilidade (conforme mencionado anteriormente) e também pelo princípio de convivência e comum acordo entre os diversos setores da sociedade. Ou seja, havia de fato a busca da paz social. O meio para atingi-la seria "um compromisso de classe envolvendo capital e trabalho. (...) cabia ao Estado intermediar tal relação" (Padrós, 2000).

Os objetivos das economias ocidentais durante a Era de Ouro são explicitados por Hobsbawm (1995). Para o autor, há um consenso por parte dos formuladores de política de que a intervenção governamental era aceitável. Ademais, era desejoso um regime econômico que permitisse crescimento constante do produto, comércio externo crescente, pleno emprego, aumento da industrialização e da produtividade. A intervenção estatal faz-se necessária para garantir estabilidade à área econômica através do planejamento e criar um espaço de diálogo com os trabalhadores, de modo a garantir a paz social.

Fica evidente através da citação acima a finalidade da economia mista. De fato, todos os objetivos indicam um consenso entre diversos setores da sociedade. Notadamente trabalhadores e empregadores. Podemos concluir que o governo ativo buscaria constantemente crescimento econômico aliado a crescimento da oferta de trabalho e sustentado pelo aumento da capacidade de compra interna (consumo interno através de aumento de salários e subsídios) e exportações.

Ao longo das passagens mencionadas ao início desta sessão, percebemos que existe uma movimentação clara pela construção de novas bases para a vida econômica e social no pós-guerra. Este projeto (que teve influência fundamental na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão) é fortalecido pela formação de um amplo consenso político, conforme mencionado

nos últimos parágrafos, desde a esquerda social – democrata até grupos claramente de direita e alinhamento conservador em favor da busca de paz social através de pleno emprego e crescimento econômico.

Tendo uma vez definido os objetivos sócio – econômicos e os meios políticos para atingi-los, cabe elaborar os meios econômicos que foram utilizados pelos Estados nesse momento. A economia keynesiana teve papel de destaque nesse momento, oferecendo passos concretos para amenizar as flutuações econômicas (Van der Wee, 1986).

2. A atuação do Estado no capitalismo reformado.

Vimos na sessão anterior como surgiu politicamente o consenso pela formação dos Estados durante a Era de Ouro. Pudemos observar também a evolução do cenário político e social que permitiu o surgimento de Estados de Bem Estar Social em um contexto favorável ao crescimento das economias nacionais, funcionando dentre um capitalismo reformado. Esta reforma se refere, naturalmente, ao capitalismo liberal que pôde ser observado nos países centrais desde o século XIX até o início do século XX.

A base teórica deste modelo de funcionamento da economia liberal está no princípio do *laissez- faire*. Ou seja, cabe ao Estado tomar uma forma mínima e permitir que a economia se regule através do livre mercado e do sistema de preços. Foi elaborado no primeiro capítulo, que a consequência lógica deste pensamento é deixar que a economia (e consequentemente a sociedade) passe pelos momentos de crescimento e crise sem que o Estado interfira para tentar maximizar ou minimizar seus efeitos.

A alteração do papel do governo e do Estado passa, justamente, pela compreensão de que este pode influenciar a demanda efetiva (Van der Wee, 1986) e garantir assim o objetivo de crescimento continuado e pleno emprego, conforme mencionado na parte final da sessão anterior. Assim (em tradução livre ao português):

> aumentar o gasto do governo através de déficits orçamentários estimularia a demanda efetiva.(...) Medidas monetárias seriam especialmente efetivas para conter a economia. Durante recessões, o governo iria aumentar o nível de investimentos (...). Medidas fiscais também eram contempladas, na forma de aumento ou corte de impostos (...). (Van der Wee, 1986, p. 287)[9].

[9] Trecho original: "Increasing the government expenditure through budget deficits would stimulate effective demand. (...) Monetary measures would be especially effective in restraining the economy. During recessions the government would raise the level of investment. (...) Fiscal measures too were envisaged (...)." (Van der Wee, 1986, p. 287)

Percebemos nesta citação três aspectos diferentes da atuação governamental.

- Atuação através de política monetária, significando basicamente o controle das taxas de juros e de câmbio.
- Atuação através de política fiscal, incentivando atividades econômicas especificas pelo aumento ou redução de impostos, taxas e subsídios.
- Investimentos públicos direto (obras de infraestrutura, nacionalizações, etc.)

Estes por sua vez se transformaram em realidade através de um Estado que assume atividades desinteressantes ao setor privado, devido a risco ou necessidade de investimento elevado; fornece serviços e produtos a preços subsidiados e assim financia indiretamente o setor privado; atua implementação de obras públicas; incorporação de projetos sociais (Padrós, 2000).

Especificamente sobre a questão do investimento estatal, Padrós (2000) ressalta que ele se direcionava para industrias de desenvolvimento do Bem Estar Social; industrias de bem de consumo duráveis e desenvolvimento de novas regiões industriais. Souyri (1986) destaca ainda o investimento (e reerguimento) das indústrias de base e o desenvolvimento de industrias de ponta. Especificamente no caso americano, Heibroner e Milberg (2008) mencionam ainda a implementação de obras públicas e intervenção no setor de transportes.

Resulta interessante analisar que, sob a ótica keynesiana elaborada no primeiro capítulo, estas medidas tem justamente a finalidade de atacar o elo mais fraco de uma economia capitalista, o investimento privado (Van der Wee, 1986). O ativismo estatal tem sentido, pois seu investimento de curto e longo prazo (evidentemente projetos de infraestrutura e nacionalizações envolvem um longo período de investimento) objetivam controlar mais efetivamente que o mercado as flutuações econômicas.

Um outro fator relevante, mencionado tanto por Hobsbawm (1995) quanto por Van der Wee (1986), se refere a grande evolução tecnológica que se inicia ainda no período da 2ª Guerra Mundial e adentra a Era de Ouro.

A evolução tecnológica eleva consideravelmente o risco dos investimentos (Van der Wee, 1986), o que justifica o investimento público em face de aversão ao risco por parte do setor privado. O aumento do risco dos investimentos pode ser explicado pela elevação do custo de transferir as inovações tecnológicas para os novos produtos e do próprio dispêndio com

pesquisa e desenvolvimento. Para Hobsbawm (1995), pesquisa e desenvolvimento se tornaram parte cada vez maior e indispensável do processo produtivo.

Podemos concluir que a produção de tecnologia evoluída passou a consumir investimento cada vez maiores e assim a atuação do setor público, com capacidade e meios tanto de realizar diretamente estes investimentos como de subsidiá-los passou a ser fundamental. Segundo Souyri (1986) esta expansão se dá, por exemplo, em áreas estratégicas de indústria. Por exemplo, no caso inglês, no setor de energia (renovação da indústria do carvão) e no de transportes.

Cabe destacar ainda o papel do Estado como planejador econômico. Inicialmente, destacamos que o próprio conceito de 'planejamento estatal' já era intrigante por sua natureza à época.

O motivo desta suspeita do mundo capitalista em relação ao planejamento pode ser explicado através de dois exemplos históricos: a União Soviética havia introduzido os planos quinquenais (que são exemplos incontestáveis de planejamento centralizado) ao final da década de 20. Ademais, os regimes nazifascistas europeus da década de 30 e 40 também se apoiaram neste modelo. Estes regimes são, evidentemente, supressores do livre mercado, base essencial do capitalismo. Portanto, fica evidente que havia temor de que medidas de planejamento econômico por parte do governo poderiam levar à supressão do mercado. Hobsbawm (1995) explicita este medo através da máxima de Hayek: livre mercado = liberdade individual. Logo, se não há livre mercado (e o conceito de planejamento econômico significava isso no imaginário capitalista da época) então necessariamente se seguirá o fim da liberdade individual.

A superação do medo em relação ao planejamento estatal se dá, evidentemente, através dos objetivos dos planos econômicos. A União Soviética, ao adotar seu primeiro plano quinquenal em 1928 lançou mão de planejamento imperativo. Ou seja, a adoção das metas e objetivos eram obrigatórias. Além disso, o Estado toma, neste país, características altamente centralizadoras e declaradamente anti mercado.

Em contrapartida, o planejamento no mundo capitalista ocidental após a Segunda Guerra, como já havia sido esboçado no New Deal, tomará características indicativas. Por exemplo, Souyri (1986) destaca que o Estado implementa mecanismos de diálogo com as firmas, indicando a evolução da demanda e dos gastos públicos, ajudando assim a conformar as expectativas. Ou seja, não toma postura centralizadora e de supressão do mercado (ainda que o

autor destaque a intenção de suprimir a anarquia da produção capitalista), mas sim coformuladora de expectativas.

Os países ocidentais haviam utilizado a ferramenta do planejamento econômico largamente ao longo dos anos de guerra (o planejamento era, de fato, sustentáculo da economia de Guerra), mas não havia experiência de sua utilização no mundo capitalista sem ser nestes períodos, ou com o propósito de promover estabilidade e crescimento econômico. A intenção de atuação do governo forçou, evidentemente, o planejamento dada a dimensão do que se desejava alcançar por meio do capitalismo reformado.

Por fim, devemos mencionar a evolução da percepção sobre a situação que os países em questão se encontravam e suas consequências para o planejamento econômico. Evidentemente (Hobsbawm, 1995) houve uma certa demora em perceber-se que o período representava, de fato, um momento de prolongado crescimento das nações. Isto se deve, principalmente, a memória de que, ao final da 1ª Guerra Mundial e antes do início da Grande Depressão, houve também um período de recuperação que dava conta da sensação de que se havia voltado ao período de prosperidade encerrado com o conflito de 1914.

A constatação de que não houve uma crise no período após a 2ª Guerra Mundial ocorreu somente ao final dos anos 50 e isso teve efeitos significativos. As nações passaram neste momento a priorizar uma política dinâmica de crescimento. Tinha-se em mente que seria possível evitar, definitivamente, depressões econômicas através de ajustes de política econômica e planejamento. Somou-se aos objetivos do governo a remoção dos obstáculos ao crescimento de longo prazo (Van der Wee, 1986). Ou seja, ocorre ao final da década de 50 e inicio da década de 60 a institucionalização do papel do governo como promotor de crescimento econômico. Para Van der Wee (1986, p. 289) (em tradução livre para o português):

> A revolução keynesiana suplementou o equilíbrio microestático do sistema de livre mercado com um sistema de equilíbrio macroestático baseado em intervenção ativa do governo.[10]

3. O papel dos Estados Unidos da América

No primeiro capitulo fizemos uma análise do papel desempenhado pelos Estados Unidos da América após a Primeira Guerra Mundial. Destacamos que esta nação não se posicionou

[10] Trecho original: "What the keynesian revolution did was to supplement the micro-static equilibrium of the free- market system with a macro- static equilibrium based on active government intervention." (Van der Wee, 1986, p. 289)

como responsável pela harmonia mundial, em contraste com o posicionamento britânico no período anterior (1850-1914). A consequência do isolacionismo político e econômico dos EUA (por exemplo, este país não foi membro da Liga das Nações) contribuiu para a formação das instabilidades da década de 20 e 30 do século XX.

Em contraste a esta postura, os Estados Unidos adotaram papel central na construção da Ordem Mundial do pós Segunda Guerra, onde devemos destacar necessariamente o acordo de Bretton Woods e o Plano Marshall (ou também o Plano Dodge, para o Japão).

Primeiramente, devemos analisar o que motivou os Estados Unidos a tomarem uma posição distinta ao isolacionismo mantido após a 1ª GM. Hobsbawm (1995) destaca que, ao contrário do que os formuladores de política americanos acreditavam, o protecionismo das outras nações tinha menor influência do que as tarifas e o impulso à exportação dos EUA na construção de uma economia global.

O ímpeto isolacionista dos EUA foi desconstruído pelo temor da Guerra Fria. Este entrave (Hobsbawm, 1995) terminou por redirecionar a política americana no sentido de reconstruir o mais rápido possível a economia capitalista nos países da Europa Ocidental e do Japão, ainda que isso significasse aumentar a competição futura para sua hegemonia industrial. Padrós (2000) destaca justamente que a recuperação das economias europeias era estratégica para a manutenção da supremacia americana.

Ou seja, uma economia internacional integrada passa a ter prioridade nos planos de ação do governo americano e, consequentemente, nas conferências e acordos internacionais que visavam o final da Segunda Guerra Mundial. Percebe-se claramente o abandono da postura isolacionista e uma movimentação rumo a construção da nova ordem mundial, por mais que o mundo não emergisse da 2ª GM como um eficiente sistema internacional (Hobsbawm, 1995).

Uma vez apresentadas as considerações acima, os parágrafos seguintes irão tratar do papel desempenhado, a nível econômico, pelos Estados Unidos da América na construção da ordem econômica mundial na Era de Ouro.

A alteração da postura americana e sua disposição em ser o centro da economia mundial começa a tomar forma em 1944, através do acordo de Bretton Woods. O objetivo do acordo (Padrós, 2000) era buscar soluções para a falta de pagamentos internacionais em um cenário de fim de Guerra. Era essencial manter a dinâmica de produção e consumo.

Neste sentido, os 44 países da conferência decidiram (Padrós, 2000) pela implementação do dólar como moeda internacional e sua conversibilidade fixa em ouro[11], pela livre conversibilidade das moedas entre si, criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).

Devemos destacar que a estabilidade do sistema criado em Bretton Woods era possibilitada pelo fato dos EUA deterem cerca de 80% das reservas do ouro mundial naquele momento (Padrós, 2000).

Ademais, cabe qualificar os objetivos das duas instituições criadas através do acordo. Segundo Padrós (2003, p. 232):

> Quanto ao FMI, vigiava a aplicação das ovas normas monetárias, promovia a estabilidade dos tipos de câmbio e favorecia um sistema multilateral de pagamentos. Já o Banco Mundial priorizava a reconstrução, investindo capital nas economias destruídas e reconvertendo as estruturas produtivas às novas necessidades de paz.

Torna-se evidente na passagem acima o papel desempenhado por cada uma das instituições. De maneira combinada, eles seriam responsáveis por garantir a estruturação do sistema produtivo e financeiro após a 2ª GM.

Já em tempos de paz, inicia-se o período de reconstrução das áreas atingidas pela Guerra. Este processo aumenta as necessidades de importação das nações afetadas dos EUA. A única maneira (Padrós, 2000) que estes países tinham para saudar suas dívidas era vender o estoque de ouro dos bancos centrais. No entanto, a necessidade de recursos para a reconstrução era maior do que a disponibilidade de ouro ou dólares, o que termina por gerar a 'fome de dólares'.

Assim, surge um cenário de crise que poderia rapidamente transformar-se em inquietação social, o que alimenta o temor ao comunismo (Hobsbawm, 1995). A solução passar a ser, portanto, a revitalização das regiões devastadas através de empréstimos e transferências internacionais.

Neste contexto (Padrós, 2000) são elaboradas, ainda em 1948, a Doutrina Truman e o Plano Marshall. O Plano tinha como objetivos a reconstrução do capitalismo, a recomposição da economia europeia, equalizar a disparidade entre disponibilidade de divisas (ouro e dólar) nos EUA e sua escassez na Europa.

Deste modo, os Estados Unidos passam a oferecer empréstimos a juros baixos aos seus aliados ocidentais. Segundo Padrós (2000), a Europa Ocidental recebeu, entre 1948 e 1961 mais de 30 bilhões de dólares em empréstimos e doações dos EUA. Neste momento, acentua-se a

[11] Uma onça de ouro seria convertida pelo valor fixo de US$ 35,00.

interdependência entre EUA e Europa Ocidental, ao mesmo tempo em que se supera o risco de crise provocado pela ‘fome de dólares’.

Fica evidente a relevância desempenhada pelos Estados Unidos tanto na elaboração da ordem econômica da Era de Ouro como sua disposição em sustentá-la. A consequência da disposição americana em aceitar sua centralidade e a implementação tanto de Bretton Woods, como do Plano Marshal garantiu a liquidez necessária para a manutenção da relação demanda – produção (Padrós, 2000). Ao mesmo tempo, garantiu-se o crescimento da acumulação nos EUA, na Europa Ocidental e no Japão e, finalmente, a integração econômica destes países.

Ou seja, gerou-se o ambiente de estabilidade da economia internacional que foi inexistente nas décadas de 20 e 30, ao mesmo tempo em que se criou o espaço para a recuperação das economias destruídas pela guerra, ambos fatores fundamentais para a existência da Era de Ouro.

4. O significado da Era de Ouro

Constatamos ao longo do capitulo que a Era de Ouro representou, sem dúvidas, um período de consenso quanto a objetivos, meios e estratégias para as economias ocidentais. O reflexo deste consenso e das políticas econômicas adotadas foi, conforme já citado anteriormente, que o mundo capitalista havia passado por uma fase excepcional de sua história (Hobsbawm, 1995).

Um primeiro fator a ser destacado se relaciona diretamente com a pouca intensidade das crises econômicas do período. Souyri (1986) destaca que as recessões eram mais frequentes no período do que anteriormente, porém sua duração e efeito, menores. Por exemplo, no EUA e na Inglaterra, as recessões anteriores a 1939 chegavam a provocar queda de 20% no produto. Já durante os trinta anos posteriores a Segunda Guerra, as quedas de produto variaram entre 1,5% e 7%. Ou seja, há diferença considerável na intensidade das flutuações.

Ademais, devemos mencionar também o ritmo de crescimento dos países do mundo ocidental nesta época. Ainda segundo Souyri (1986), os países da Europa e do Japão obtém uma taxa média de crescimento de 4,5% ao ano durante 1950 e 1965. Por sua vez, os EUA registram uma taxa média de 3,66% no mesmo período.

Como último aspecto macroeconômico, mencionamos a evolução da economia internacional no que tange as trocas entre os países. Constatamos que existe uma diminuição relevante na participação dos países do terceiro mundo no comércio internacional. Esta cai de

31,8% em 1950 para 18,5% em 1967 (Souyri, 1986). Ou seja, os países subdesenvolvidos passam a ter uma parcela cada vez menor no comércio internacional, o que indica uma intensificação das trocas entre as nações desenvolvidas. Segundo Hobsbawm (1995), esta troca se baseia principalmente em produtos de alto valor agregado.

Mencionamos nas duas sessões anteriores, que a manutenção de baixas taxas de desemprego era um dos objetivos centrais dos governos após a Segunda Guerra Mundial e que isto deveria fortalecer a estabilidade das nações. Destacamos aqui os sucessos das políticas adotadas neste sentido. Hobsbawm (1995), citando Van der Wee (1987) apresenta uma taxa de desemprego média, ao longo da década de 60, de 1,5% para a Europa e 1,3% para o Japão. O que representa, indubitavelmente, uma baixíssima taxa de população desempregada.

Além do amplo crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico, devemos destacar também como as mudanças ocorridas no interior das sociedades capitalistas ocidentais afetaram diretamente o *modus vivendi* da época, pois podemos perceber que esta alteração está relacionada, diretamente, com o avanço do Estado de Bem Estar Social e da economia mista. Ocorre a chegada do modo de vida americano (*american way of life*) a Europa e ao Japão (Hobsbawm, 1995) e certos aspectos cotidianos e de organização social são afetados fortemente por esta nova organização da vida e do trabalho.

Essencialmente, estamos lidando com sociedades que adotam em larga escala a jornada de trabalho de 40 horas semanais (Sá Earp, 2002) e passam a incorporar crescentemente as mulheres na força de trabalho. A ascensão da mulher dentro da força de trabalho e no cenário social em geral é consequência de uma necessidade de guerra (Padrós, 2000), onde os homens eram enviados às frentes de trabalho e as mulheres tinham de complementar as fileiras produtivas.

Na prática, estas alterações representam uma modificação na dinâmica familiar, na renda, no consumo de bens e, principalmente, uma mudança nos serviços destinados a dar base para a nova organização familiar. Neste sentido, Padrós (2000) destaca ainda a tendência de diminuição no tamanho das famílias (após o *baby boom*[12]) a partir dos anos 60.

Esta tendência de diminuição das é algo novo, pois anteriormente, uma maior quantidade de filhos representava maior mão de obra para gerar mais receitas às famílias. No entanto, a

[12] '*Baby boom*': "Significativo crescimento populacional na Europa pós- guerra, baseado também em políticas públicas de incentivo ao crescimento populacional para promoção do consumo." (Padrós, 2000, p.237)

elevação das exigências em termos de escolaridade (Padrós, 2000) elevam a idade mínima para ingresso dos indivíduos na força de trabalho. Ademais, os subsídios estatais nos países do Ocidente às famílias com filhos, garantem a manutenção da qualidade de vida enquanto os filhos estão, ainda, em processo de formação. Deste modo, podemos perceber como há, de fato, uma movimentação no sentido de famílias menores e que estejam conscientes da "relação entre famílias reduzidas e bem-estar social" (Padrós, 2000, p. 237).

Sobre outro aspecto das alterações do modo de vida ao longo do período, a Era de Ouro representa uma expansão da tendência de consumo Norte Americana para a Europa Ocidental e o Japão (Hobsbawm, 1995). Ademais, ocorre a incorporação do modelo fordista de produção em outros setores da indústria, surgindo então a produção massificada e em série de alimentação, habitação, etc. Padrós (2000) destaca ainda que as novas técnicas, como a introdução da linha de montagem e a modernização das tecnologias incorporadas ao trabalho, iram ser um sustentáculo para os objetivos de crescimento econômico. O modelo de produção fordista se torna, então, base do Estado de Bem-Estar.

Podemos explicar a relevância do fordismo através da evolução do consumo. Para Hobsbawm (1995), os bens que nestas regiões eram antes restritos às elites passam a ser consumidos pelas classes trabalhadoras. Para exemplificar esta tendência, o autor cita dados como o crescimento do turismo. Entre 1950 e 1970, o número de norte-americanos que viajaram à América Central e ao Caribe cresceu de 300 mil para 7 milhões. Igualmente, o mundo possuía mais de 270 milhões de linhas telefônicas em 1971, sendo que a grande parte estava concentrada na Europa Ocidental, Japão e EUA.

Devemos destacar a mudança introduzida pelo consumo de massa. Ela se torna fundamental para a sustentação do Estado de Bem-Estar, pois, segundo Padrós (2000) a alteração do perfil do operário para um consumidor em potencial permite sustentar o crescimento econômico das economias desenvolvidas pelo mercado interno. A dinâmica de aumento de salários e consumo aquece a industria e esvazia as pressões sociais[13]. Ademais, gera demanda por bens de capital e torna, assim, o processo em um ciclo ascendente que permite elevar a produção das nações, aumentar a renda e reduzir o desemprego.

[13] Este esvaziamento pode ser percebido pelo seguinte comentário: "Que significado pode ter o 'de pé ó vítimas da fome' (...) para trabalhadores que agora esperavam possuir seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha" (Hobsbawm, 1995, p.262). Ele representa, em relação com o abandono do marxismo expresso neste capitulo, uma acomodação das divergências entre burguesia e proletariado.

Finalmente, devemos dar ênfase ao pacto fordista, que será o respaldo para o aumento continuo dos salários ao longo do período da Era de Ouro. O pacto residia em manter a elevação dos salários de acordo a evolução da produtividade. Assim (Hobsbawm, 1995) os altos salários não causavam incomodo aos patrões, visto o longo período de *boom* garantia o crescimento dos lucros. Ademais, a elevação constante dos salários satisfazia aos trabalhadores.

Constatamos também (Benakouche, 1986), que houve elevação da produtividade ao longo da década de 50 e parte da década de 60. Por exemplo nos EUA (Heilbroner e Milberg, 2008), a taxa média de elevação da produtividade entre 1950 e 1970 foi de 3% a.a.. Portanto, concluímos que havia harmonia de interesses através do pacto fordista, visto que as condições de produção permitiam sua sustentação sem gerar conflitos. No 4º capitulo iremos analisar o desgaste do modelo da Era de Ouro, onde o esgotamento do fordismo e do pacto fordista será pormenorizado, indicando-se ai a queda na produtividade da década de 70.

Conforme foi demonstrado neste capitulo de maneira teórica (e será demonstrado no próximo com exemplos práticos), esta dinâmica introduzida pelo fordismo, contempla os objetivos dos Estados em termos de Bem-Estar e pôde ser atingido pelo consenso em torno da necessidade de crescimento e estabilidade econômica.

Ao longo deste capitulo pudemos observar alguns elementos centrais para o surgimento e a sustentação do Estado de Bem Estar Social ao longo das três décadas da Era de Ouro. Ficou evidente que uma das grandes motivações na busca de uma nova forma de organização do capitalismo foi, justamente, o trauma causado pelo período entre guerras e, principalmente, a sensação que a economia de livre-mercado havia falhado no sentido de promover estabilidade.

Ademais, a forte expansão do comunismo na Europa Oriental e a força dos partidos comunistas na Europa ocidental contribuíram para a busca de um capitalismo reformado, que fosse capaz de promover ativamente os setores de bem estar.

Quanto a atuação do governo, podemos afirmar que ela se sustentou em um consenso político e social amplo ao redor do keynesianismo. Partidos políticos da social – democracia, centro e centro – direita bem como os setores operários e burgueses entraram em acordo e esta escola de pensamento econômico forneceu o arcabouço teórico para a construção do modelo de desenvolvimento do período.

Neste sentido, a atuação do Estado como agente econômico tem lógica para promoção do crescimento econômico. O governo deixou de ser um agente passivo e passou a atuar com política monetária, fiscal e através de investimentos diretos e indiretos na esfera econômica, protegendo assim amplos setores da população e atuando para minimizar as diferenças entre capital e trabalho.

Finalmente, devemos destacar que apesar do consenso ao redor do keynesianismo e de certas medidas comuns entre os diversos países que adotaram o modelo de Bem Estar Social, houve diferenças marcantes quanto as políticas especificas de cada Estado. Alguns dos Estados mais emblemáticos merecem atenção especial, tanto pelas políticas adotadas quanto pelos resultados obtidos.

Neste sentido, será avaliado no próximo capitulo alguns exemplos específicos de implementação de políticas de Bem Estar.

3º CAPÍTULO: OS DIFERENTES MODELOS DE ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL

Ao longo do segundo capitulo fizemos uma análise pormenorizada da construção política dos países da Europa Ocidental que possibilitou a ascensão de modelos de Bem Estar Social. Uma vez que foi estabelecido os pressupostos políticos, analisamos também medidas adotadas, em geral, pela maioria dos países que se inserem no modelo de Estado de Bem Estar Social.

No entanto, a analise anterior foi no campo teórico, não englobando em nenhum momento exemplos históricos concretos de países específicos. Portanto, faz-se relevante estudar alguns casos marcantes de países que adotaram este sistema socioeconômico como padrão ao longo dos trinta anos seguintes a Segunda Guerra Mundial, pois o termo Estado de Bem Estar Social pode ser utilizado mais como um mínimo denominador comum entre os diversos países que optaram por este modelo, do que como um classificador exato das políticas econômicas e sociais adotadas. Segundo Van Der Wee (1986), a implementação de economias mistas no ocidente esteve longe de ser um processo uniforme.

Serão descritos três modelos distintos de Estado de Bem Estar Social e Economia Mista, cada um com exemplos de países mais marcantes em sua implementação. São eles (Van der Wee, 1986): o modelo neo – coletivista, o modelo neo – livre mercado e o modelo de consulta centralizada. Podemos citar aqui, a título de introdução, as principais características de cada uma destas modalidades.

O primeiro (neo – coletivista) tem como sua principal característica um forte viés estatizante da economia. Neste sentido, os países tendem a ter grande estrutura de planejamento centralizado e intervém (através de nacionalizações) para promover as indústrias de setores estratégicos do país. Os principais exemplos são a Inglaterra e a França.

O modelo neo – livre mercado busca manter as principais estruturas de uma economia de livre mercado. No entanto, a atuação do Estado se faz necessária para manter este regime em funcionamento. Os principais exemplos são a Alemanha Ocidental e os Estados Unidos da América. No entanto, iremos aprofundar a questão do real enquadramento destes dois países neste modelo. Por diversas razões (a serem expostas), podemos classificá-los também como países de modelos híbridos.

Finalmente, o modelo de consulta centralizada foi eleito pelos países escandinavos (Dinamarca, Suécia e Noruega). Este modelo se caracteriza, principalmente pela intervenção do governo na centralização dos consensos entre trabalhadores e empregadores. Assim, forma-se um elemento de construção de consensos no núcleo das sociedades em questão.

Um dos pontos centrais na análise é que, independente da matriz histórica de cada um dos casos específicos, houve uma movimentação generalizada do mundo ocidental em direção a um sistema de Economia Mista. Neste sentido, tanto países tradicionalmente liberais (Inglaterra) como países que historicamente tem uma economia extremamente impulsionada pelo Estado (Alemanha Ocidental) puderam ser enquadrados sob o mesmo padrão econômico, independente das forças políticas que lideravam o país.

Segundo Padrós (2000), as ideias de uma Economia Mista, voltada para crescimento, consumo e Bem-Estar se mantiveram vigentes independentes dos ciclos de alternância de poder comuns a uma democracia. Ou seja, mesmo existindo alternância de poder e alteração das forças governantes entre esquerda e direita, existiu um consenso quanto a relevância dos objetivos mencionados no capítulo anterior. Deste modo, garantiu-se certa uniformidade política e continuidade das ações dos governos, sem afetar a alternância de poder.

1. A economia mista neo-coletivista

As nações que adotaram o modelo neo-coletivista foram marcados por um amplo processo de estatizações. Entre os principais países a adotarem este tipo de modelo estão: França, Inglaterra, Itália e Japão.

Resulta ser interessante estudar o caso Inglês, dada a herança liberal deste país. Como destacado no primeiro capítulo, a Inglaterra foi o bastião da ordem econômica liberal no período anterior a 1ª Guerra Mundial e desde meados do século XIX, sempre teve posturas céticas quanto a intervenção do governo. No entanto, segundo Van der Wee (1986), a Inglaterra foi o maior representante de uma economia mista no pós 2ª Guerra onde a aplicação das ideias keynesianas permaneceram com papel predominante.

Os objetivos de pleno emprego e bem estar social para o governo britânico do pós-Guerra foram definidos através do Relatório Beveridge de 1942 e do Livro Branco sobre Emprego de 1944. (Van der Wee, 1986).

a) **A relevância do Relatório Beveridge**

Mencionamos no parágrafo anterior que o Relatório Beveridge[14] foi um dos estudos fundamentais para a introdução de um modelo de Estado de Bem Estar Social, baseado na intervenção do setor público para formação de uma Economia Mista na Inglaterra

O relatório foi elaborado sob o comando de William Beveridge, um economista inglês, que, antes da Guerra era crítico do capitalismo de Bem Estar, mas que passara a acreditar no planejamento econômico para atingir mudanças sociais (Mazower, 2001).

A comissão para a elaboração do relatório foi instaurada em 1941, em meio a Segunda Guerra Mundial, em um período onde a Inglaterra era governada por uma coalizão entre os trabalhistas (Labour) e Conservadores. Para Cardoso (2009), o governo de coalizão desejava prometer um patamar mínimo de qualidade de vida para o período posterior ao conflito e, através destas garantias, incentivar o esforço de guerra da nação.

Devemos destacar alguns pontos deste Relatório para que sua influência e significado se façam realmente presentes.

O primeiro ponto se refere diretamente ao tamanho do relatório em si e sua complexidade. Ele foi elaborado ao longo de 300 páginas e, pelas próprias palavras do William Beveridge, foi bastante detalhado, visto que isso deveria garantir uma rápida implementação de suas propostas no imediato pós-guerra. Isso pode ser visto no seguinte fragmento retirado do Relatório (tradução livre para o português):

> ao preparar o Relatório surgiu, naturalmente, a questão de quanto deveríamos entrar em detalhes neste momento e se, talvez, não seria preferível ficar somente com os princípio neste momento. Por dois motivos pareceu desejável detalhar o máximo possível as propostas (…). Se um plano para a seguridade social deve entrar em ação ao final da Guerra ou logo depois, não há tempo a perderem para deixá-lo o mais preparado possível. Os muitos detalhes expostos na parte V não são nem exaustíveis nem finais; eles são apresentados como base para discussão, mas sua formulação irá, esperamos, diminuir as discussões que surgirão. (Relatório Beveridge. Fonte: http://www.sochealth.co.uk/public-health-and-wellbeing/beveridge-report/ , acessado em 20/03/2013).[15]

[14] Nome oficial do Relatório Beveridge: Relatório do Comitê Interdepartamental para a Seguridade Social e Serviços Relacionados.

[15] Trecho original: "*In preparing the Report, the question arose naturally as to how far it was necessary at this stage to enter into details, and whether it might not be preferable to deal with principles only. For two reasons it has appeared desirable, in place of giving an outline only, to set the proposals out in as much detail as the time allowed.*(...). *The second reason is that if a Plan for Social Security is to come into operation when the war ends or soon after, there is no time to lose in getting the plan prepared as fully as possible. The many details set forth*

Ao início são apresentados três princípios que devem guiar a nova configuração de seguridade social do Estado Inglês. Em primeiro lugar, é mencionado que a acumulação de conhecimentos anteriores permite embasamento para as medidas a serem tomadas no futuro. No entanto, o fator destrutivo da Guerra deve ser utilizado para transformar as bases da economia britânica desconsiderando interesses setoriais. Este fator indica uma grande disposição reformista prevista no relatório.

Como segundo princípio cita-se que a organização da seguridade social gera tranquilidade de renda, mas que esta deve ser somente parte de um política compreensiva de progresso social.

O último princípio se refere a necessidade de atingir seguridade social através da cooperação entre os indivíduos e o estado. Ao mesmo tempo, destaca-se que o estado não deve tornar-se paternalista ou sufocar incentivos, oportunidades e responsabilidade. O relatório define que, estabelecendo-se um mínimo nacional, o Estado deve deixar espaço para crescimento individual.

Devemos mencionar também os objetivos previstos neste relatório. Trata-se de um plano minucioso sobre a estruturação do Estado de Bem – Estar social e questões como a democratização dos direitos à pensão são elaborados prolongadamente. A finalidade é estabelecer uma rede de proteção para que não ocorra destruição do poder de compra ao longo da vida. Isto fica evidente na seguinte passagem (livre tradução para o português):

> a principal característica do Plano para Seguridade Social é um esquema de seguro social contra a interrupção ou destruição do poder de compra e pelos gastos extraordinários que surgem no nascimento, casamento ou na morte (Relatório Beveridge. Fonte: http://www.sochealth.co.uk/public-health-and-wellbeing/beveridge-report/ , acessado em 20/03/2013). [16]

O Relatório destaca a necessidade de que os trabalhadores ativos contribuam de acordo com suas capacidade para um fundo de pensões nacional. Ao mesmo tempo, estabelece que todos os cidadãos, independente da contribuição anterior ou futura, tem direito a receber a assistência deste fundo se assim necessitarem.

in Part V are neither exhaustive nor final; they are put forward as a basis of discussion, but their formulation will, it is hoped, shorten subsequent discussion." (Relatório Beveridge. Fonte: http://www.sochealth.co.uk/public-health-and-wellbeing/beveridge-report/).

[16] Trecho original: "The main feature of the Plan for Social Security is a scheme of social insurance against interruption and destruction of earning power and for special expenditure arising at birth, marriage or death ." (Relatório Beveridge. Fonte: http://www.sochealth.co.uk/public-health-and-wellbeing/beveridge-report/).

Cardoso (2009), menciona a diferença entre este relatório e projetos de seguridade social anteriores. Para o autor, o projeto de Estado de Bem Estar derivado do relatório não era restrito aos 'necessitados', mas compreendia um aspecto mais amplo da sociedade. Neste sentido, o relatório previa serviços de saúde gratuitos e meios para criação e manutenção de emprego, pois "evitar o desemprego em massa era a condição para o êxito do seguro social." (Cardoso, 2009, p.6)

Finalmente, Mazower (2001) destaca que o Relatório insistia na necessidade de planificação do Bem – Estar Social, o que se tornará evidente nos anos seguintes através de implementação tanto dos serviços supracitados de seguridade social, como também na expansão dos programas de habitação, educação e saúde.

Podemos concluir através desta seção, que o Relatório Beveridge contém alguns importantes elementos de teoria keynesiana (Cardoso, 2009) e de promoção do Bem Estar. O ponto principal elaborado ao longo dele, é a necessidade de geração de segurança social através das pensões, o que permite maior capacidade de gasto dos indivíduos ao longo da sua vida e, consequentemente, estabelece uma taxa mínima e permanente de consumo. Como vimos anteriormente, o consumo constante e crescente é uma parte essencial na formação do estado de bem estar social na Era de Ouro.

Logo, tem sentido a afirmação de Van der Wee (1986) sobre a relevância deste relatório, submetido ao parlamente inglês ainda em 1942 sobre a instauração de medidas de bem estar.

De volta ao modelo Inglês:

Primeiramente, devemos admitir que era projeto inglês manter certas características do livre-mercado. No entanto, o governo iria se responsabilizar por combater as tendências de monopólio e evitar crises e depressões.

Ao mesmo tempo, buscou-se uma distribuição mais equitativa da renda, o que foi atingido por uma política mais flexível de salários e impostos progressivos para taxação de renda, heranças e patrimônio imobiliário (Padrós, 2000). Este sistema de taxação veio acompanhado de um amplo sistema de serviços sociais, principalmente na educação e saúde. (Van der Wee, 1986). Por exemplo, instaurou-se ainda em 1947 a idade mínima para educação em 15 anos, além de vultosos investimentos na formação dos quadros profissionais e infraestrutura para absorver a pressão demográfica do *baby boom* (Padrós, 2000).

Em 1946 o Partido Trabalhista (Labour) chega ao poder e empreende as reformas acima mencionadas. Ademais, para manter o princípio do pleno emprego, o governo passa a um amplo programa de estatização de setores estratégicos. Assim, setores de energia, transporte, carvão, aço e infraestrutura são nacionalizados. (Van der Wee, 1986).

Posteriormente, passa-se a um processo de por as companhias responsáveis por uma mesma área da indústria sob supervisão de juntas regulatórias do governo (Padrós, 2000). Deste modo, cria-se a Junta Nacional do Carvão, a Junta das Ferrovias Britânicas, a Junta Nacional de Transportes Marinhos e a Junta Nacional do Aço entre os anos de 1946 e 1948.

Além destes setores, o governo Inglês nacionalizou também o Banco da Inglaterra, companhias aéreas e passou a comprar, constantemente, ações de empresas privadas como Rolls-Royce e British Petroleum (Van der Wee, 1986). Para que se possa ter melhor dimensão da abrangência das estatizações, cerca de 20% da indústria inglesa era estatizada ao final da década de 50 (Padrós, 2000).

O processo de estatização e de reformas empregadas para redistribuição da renda visava, evidentemente, dar maior controle ao governo na gerência de investimentos de grande porte e garantir assim uma maior capacidade de controle sobre o nível de atividade e emprego. Assim, o setor público britânico teria os meios para evitar depressões econômicas e sustentar o pleno emprego.

Porém, devemos ressaltar que o governo Britânico à época da implementação das reformas expostas, por mais que fosse de tendência socialdemocrata, tinha grande suspeita quanto a aplicação de planejamento centralizado. No entanto, conforme destacamos no capitulo anterior, o planejamento centralizado do mundo ocidental era indicativo, ao contrario do planejamento soviético.

Assim, as juntas criadas para administrarem setores específicos eram supervisionadas de maneira relaxada pelos ministérios responsáveis, o que resultava em que cada uma destas empresas mantivesse elevada independência gerencial. Adiciona-se ainda a falta de qualquer elemento de planejamento de longo prazo que pudesse coordenar os esforços econômicos nacionais, o que comprometeu em grande medida os objetivos traçados de pleno-emprego e racionalização dos setores de carvão e aço(Van der Wee, 1986), sem deixar-se de lado o fato destas serem setores antigos e muito fragmentados, dificultando ainda mais uma coordenação centralizada.

No ano de 1951, o partido conservador volta ao poder na Inglaterra e permanece a frente do país até 1961. Como dito anteriormente, os princípios de funcionamento de uma economia mista foram aceitos também pelos partidos de centro e centro – direita. Não houve (Van der Wee) nenhuma alteração significativa quanto ao sistema tributário, progressivo, implementado ou quanto a política de redistribuição de renda através de programas de bem estar.

As grandes diferenças entre o governo trabalhista e o governo liberal residem na reprivatização de alguns setores (Padrós, 2000), como transporte rodoviário e parte da indústria do aço. Além disso, os conservadores passam a dar relevância a orçamentos equilibrados. Deste modo, acentua-se uma política contra cíclica de *stop and go* (Van der Wee, 1986). No entanto, o modelo *stop and go* em conjunto com políticas contra cíclicas de curto prazo acaba por gerar incertezas dentro do setor privado, contribuindo para inibir investimentos por parte destes agentes, além de afetar a coordenação entre as diversas empresas estatais no sentido de alinhar seus investimentos e, consequentemente, sua capacidade de gerar saldos positivos.

Deste modo, chega-se a um consenso tanto no partido trabalhista como no partido conservador sobre a necessidade de geração de lucro das empresas estatais. Ademais, estes lucros deveria ser um critério fundamental para regulamentar os investimentos (Van der Wee, 1986). Este objetivo poderia ser atingido, somente, a partir de planejamento centralizado. Surge deste modo o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Econômico, integrado por seis empresários, seis sindicalistas, seis representantes do governo e dois especialistas em 1962 (Padrós, 2000).

Segundo Van der Wee (1986), o Conselho Nacional se espelha grandemente no modelo francês e busca publicidade e ação para a promoção do crescimento. Esta mobilização iria por sua vez provocar as expectativas do mercado de capitais para influenciar a alocação de recursos na indústria.

Com este objetivo em mente, o Conselho Nacional estabelece uma taxa desejável de crescimento econômico entre 4% e 4,5% ao ano para o período de 1962 a 1966 (Van der Wee, 1986). Como dito no parágrafo acima, esperava-se que o próprio anuncio tivesse força suficiente para mover as expectativas das diversas industrias para esta meta e assim garantir sua realização.

No entanto, o fato do Conselho Nacional ser composto por grupos de diferentes matrizes, conforme mencionado acima, acaba por colocá-lo sob forte pressão de diferentes interesses, o

que levou o governo britânico rapidamente a uma redução de capacidade gerencial devido a rigidez resultante desta diversidade. Van der Wee (1986) explica tal fato ao afirmar que para atingir a meta de crescimento, dever-se-ia aumentar a capacidade de exportações, o que seria possível somente através de uma política de salários e preços previsíveis. Evidentemente, esta política de salários constantes vai em contra os interesses dos sindicatos representados no Conselho Nacional.

Porém, pode-se destacar alguns fatores positivos resultantes da tentativa de planejamento de longo prazo (Padrós, 2000), como a lei de Ciência e Tecnologia (1965) e a lei de Expansão Industrial (1968). Estas duas leis tiveram papel fundamental (Van der Wee, 1986) em incentivar o redirecionamento de recursos estatais para o setor de inovações tecnológicas. Deste modo, institui-se também novas escolas de administração, treinando gestores enfocados em crescimento.

Percebemos, através do modelo inglês, a relevância das nacionalizações dentre os países que adotaram modelos neo-coletivistas. De modo geral, França, Inglaterra, Itália fizeram largamente uso de nacionalizações e, em maior ou menor grau, de planejamento econômico.

Cabe destacar que o Japão, apesar de se enquadrar na definição neo-coletivista, não adota um programa generalizado de nacionalizações de setores estratégicos, mas (Van der Wee, 1986) tem traços de intervenção profunda do governo na economia e planejamento centralizado.

Deste modo, podemos afirmar claramente que os pilares fundamentais do modelo neo-coletivista lidam, essencialmente, com nacionalizações e planejamento centralizado da economia por parte do governo.

2. O modelo neo – livre mercado

O segundo modelo levantado por Van der Wee (1986) é o modelo de neo – livre mercado. Para este autor, este modelo se enquadra no oposto do modelo neo – coletivista e seus maiores representantes são os Estados Unidos e a Alemanha Ocidental.

Para efeitos deste estudo, podemos destacar o caso especifico da Alemanha Ocidental, dado que Van der Wee o cita como o caso mais típico do modelo de neo – livre mercado, ainda que somente nos primeiros anos posteriores a 2ª Guerra Mundial.

a) Uma consideração sobre o real enquadramento da Alemanha Ocidental no modelo de neo – livre mercado

Já mencionamos acima que Van der Wee (1986) considera a existência de incongruências internas no modelo adotado pela Alemanha Ocidental durante o período da Era de Ouro. Segundo o autor, o país se enquadra neste modelo em alguns aspectos, sem deixar de adotar, no entanto políticas de grande semelhança ao modelo neo – coletivista. Padrós (1986, p. 254) corrobora esta análise de Van der Wee, pois o autor destaca que "ocorreu, simultaneamente, o estimulo da livre concorrência e do livre mercado e ações de planejamento.".

Portanto, antes de prosseguir na análise das medidas de neo – livre mercado adotadas pela Alemanha Ocidental, devemos adicionar neste momento uma observação quanto a questão de ações de planejamento destacadas por Padrós na passagem acima e reforçar o comentário de Van der Wee (1986) sobre a real implementação deste modelo no país.

De fato, Padrós (2000) e Van der Wee (1986) concordam que o governo da Alemanha Ocidental adotou medidas de planejamento apesar de este país se enquadrar no modelo de neo – livre mercado. O planejamento fez-se necessário devido ao plano Marshall já ao final da década de 40 e prosseguiu ao longo da década de 50 (Van der Wee, 1986). Ao mesmo tempo, o país promoveu um amplo programa de privatizações. Devemos acrescentar também:

> em 1960, o governo federal tinha propriedade de nada menos que 40% dos setores de carvão e ferro, 62% de estações de energia elétrica, 72% da indústria de alumínio e 62% das organizações bancárias, como também do Banco Central. Adiciona-se ainda o controle de uma série de empresas privadas através de ações. (Van der Wee, 1986, p. 307)[17].

Ou seja, o governo alemão teve traços marcantes divergentes do modelo de neo – livre mercado. Poderíamos até considerar que estas medidas (elevado grau de estatização e planejamento centralizado de longo prazo) se enquadram no modelo neo – coletivista. No entanto, damos aqui maior ênfase para a base teórica que guiou a estruturação da economia alemã na Era de Ouro e sua diferença em relação a política econômica do inicio do século XX.

Logo, as políticas de caráter neo – livre mercado surgem como uma resposta a formação da estrutura econômica e setorial anteriormente existentes. As considerações dos parágrafos

[17] Trecho original: "In the 1960s the federal government owned no less than 40 per cent of the coal and iron ore sector, 62 per cent of electrical power stations, 72 per cent of the aluminium industry and 62 per cent of banking organizations as well as the central bank. In addition, via shares in holding companies, it also controlled a whole series of private companies." (Van der Wee, 1986, p. 307).

anteriores referem-se portanto a uma necessidade de dar perspectiva a analise e destacar o real ponto analisado, sem desconsiderar fatos históricos relevantes. De qualquer modo, é possível que se considere a Alemanha Ocidental como um modelo híbrido, principalmente quando se adentra a década de 60.

b) Os aspectos de neo – livre mercado na Alemanha Ocidental

A implementação do modelo de neo – livre mercado segue a teoria da escola de Freiburg e, principalmente, de Walter Eucken (Van der Wee, 1986), que atribui ao Estado o dever de promover as forças do livre mercado.

Para atingir esse objetivo, a Escola de Freiburg propunha (Souza Braga, 1999), entre outros, adoção de políticas de estabilização e medidas anticíclicas, além de ética e ativismo contra o *laissez-faire*. Esta visão se estabelece em parte como um contraste em relação ao modelo anglo-saxão tradicional. O Estado deve atuar para impedir que a concorrência ocorra desenfreadamente, visto que isto levara a tendência natural de monopolização do capitalismo.

Deste modo, o governo da Alemanha Ocidental irá implementar um extenso programa de quebra dos cartéis e desnacionalização, ambos herança do regime nazista dos anos anteriores. Os principais setores afetados por esta política são o bancário e o de metalúrgica. Van der Wee (1986) cita o exemplo da empresa metalúrgica *Vereinigte Stahlwerke*, que já havia sido responsável por mais de 40% da produção de aço da Alemanha e neste momento foi desmantelada e dividida em 13 empresas diferentes. Padrós (2000) esclarece que houve suspensão dos grandes cartéis e pulverização da produção e do gerenciamento, além de rigorosa legislação antimonopolista.

Ademais, a Alemanha Ocidental promoveu amplamente políticas de auxílio a empresas de médio porte. Por um lado, podemos considerar que este suporte como uma maneira de incentivar maior competição com setores menos concentrados. No entanto, Van der Wee (1986) destaca que esta política de incentivo (*Mittlestandspolitik*) era discriminatória entre as empresas e ia, portanto, em contra a tese de que o governo deveria adaptar-se ao mercado existente. No entanto, apesar de discriminatória no sentido literal da palavra, devemos lembrar que o objetivo do Setor Publico no modelo neo – livre mercado é promover uma economia de mercado funcional. Deste modo, a ação supostamente discriminatória deveria visar, justamente, garantir a concorrência necessária para o avanço econômico.

Outro ponto relevante se refere a uma reforma monetária implementada pelo ministro da economia Ludwig Erhardt em 1948. Implementou-se em conjunto com esta reforma uma política monetária e fiscal de cunho ortodoxo. Somando-se ainda o Plano Marshall, houve geração de grandes superávits e o governo procedeu, inicialmente, não com gastos, mas sim com poupança e esterilização (Van der Wee, 1986). Percebemos, evidentemente, o perfil pouco ativo do setor publico no sentido de promover grandes gastos governamentais para incentivar a economia através da demanda efetiva.

Cabe destacar o importante papel desempenhado pelo Banco Central alemão durante este período inicial da Era de Ouro. Para Souza Braga (1999), a política anti-inflacionária e a estabilidade dos preços é fundamentada pela memória do que ocorreu durante a década de 20 (crise inflacionária). Ademais, o país pôde reter suas reservas internacionais e seu ouro, ao contrário do que ocorreu ao final da 1ª Guerra Mundial. Isto se deve, também, pelo cancelamento de 2/3 da dívida contraída dos EUA no pós guerra. Esta negociação ocorreu entre 1951 e 1953. Ressalta-se aqui, novamente, o papel central dos Estados Unidos na reconstrução do capitalismo europeu.

Os bancos públicos eram responsáveis, na Alemanha Ocidental, pelas instituições de poupança e pelas cooperativas de crédito. Souza Braga (1999) apresenta a evolução da participação dos bancos públicos nas operações bancárias. Entra 1950 e 1970, esta participação cresceu de 45,6% para 57,1%. Evidencia-se deste modo, pelo monopólio do crédito, a relevância do setor público, através dos bancos, para a reconstrução da economia e a sustentação de seu crescimento.

Devemos mencionar ainda as políticas de inserção de trabalhadores nos conselhos de administração das empresas. As primeiras iniciativas neste sentido se iniciaram já em 1947 nas empresas do Vale do Ruhr. Já em 1951, aprovou-se legislação para cogerenciamento nos setores de aço e carvão. A cogestão se daria pela alocação de cinco das onze cadeiras nos conselhos de supervisão para os trabalhadores, além de um representante deste grupo no conselho de direção, junto com o diretor financeiro e técnico (Van der Wee, 1986). Soma-se ainda que muitas das desnacionalizações foram modeladas de modo a permitir maior participação dos trabalhadores, principalmente através de oferta de ações a preços vantajosos.

Finalmente, cabe destacar as medidas anticíclicas adotadas pelo Governo Alemão, sem deixar de mencionar que estas políticas evoluíram ao longo do período analisado, deixando de ter caráter neo – livre mercado. Como mencionado anteriormente, o governo alemão gerou

elevados superávits após sua reforma monetária de 1948 e estes eram destinados, essencialmente, ao aumento de reservas do setor publico.

No entanto, Van der Wee (1986) destaca que ao longo dos anos 50 o governo decide utilizar estes superávits para financiamento de projetos de bem estar social e que a recessão de 1958 foi fundamental para levar Ludwig Erhard, ministro da economia, de uma política orçamentária restritiva a um modelo keynesiano. Destaca-se em relação as mudanças, a elevação das pensões aos aposentados em 1957 e a lei para promoção de estabilidade e crescimento na economia de 1967 (já no mandato de Karl Schiller como ministro da economia), que permitia oficialmente a utilização de instrumentos fiscais e gastos deficitário para influenciar ciclos econômicos.

Percebemos pela analise do caso alemão os elementos centrais do modelo neo – livre mercado. O governo atua para manter o ambiente competitivo, não intervindo através de investimentos diretos e nacionalizações como no caso dos países que adotaram o modelo neo – coletivista, além de promover a participação dos trabalhadores nos conselhos administrativos da empresa, aumentando assim a representação deste grupo na gerência.

3. O modelo de consulta centralizada

O último modelo analisado por Van der Wee (1986) é o de consulta centralizada. Este modelo foi utilizado principalmente por países pequenos da Europa ocidental, como Áustria, Bélgica, Holanda e Suécia.

A Economia Mista promovida por estes países é na realidade um meio termo entre a experiência neo – coletivista e o neo – livre mercado. (Van der Wee, 1986). O aspecto mais marcante é que estes países adotaram em larga escala a obtenção de consensos entre os diversos setores da sociedade produtiva através de consultas bi ou tripartite. Assim, foi possível obter um padrão de desenvolvimento que tinha forte sustentáculo na paz social. Ao mesmo tempo, pela adoção de ações keynesianas, os países garantiram um longo período de crescimento durante a Era de Ouro, com pequena desigualdade social e elevação considerável nos índices relacionados ao setor de Bem Estar.

Van der Wee (1986) destaca que os países que adotaram este modelo procederam para o estabelecimento de órgãos de discussão, enfocados em política nacional, econômica e social.

Estes fóruns eram por vezes bipartite e tinham, portanto, autonomia para a tomada de decisões e, por vezes, tripartite, envolvendo também algum órgão governamental para atuar como mediador.

Para Van der Wee (1986), o caso sueco é emblemático dado o prolongado governo do partido social – democrata. Este governo se iniciou na década de 30 e prosseguiu até 1976, aplicando constantemente políticas econômicas de cunho keynesiano.

Em termos de política fiscal anticíclica, podemos destacar um imposto sobre o investimento estabelecido em épocas de crescimento e que visava evitar superaquecimento da economia. Ao mesmo tempo, o estabelecimento de um fundo de reserva em 1955 garantia recursos para atuação anticíclica em momentos de recessão. O fundo era alimentado por contribuições compulsórias de empresas em épocas de crescimento. Em contrapartida, estas empresas recebiam isenção de impostos.

A política orçamentária também era relevante nas operações anticíclicas. Seguindo a lógica expressa por Keynes (Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda), os governos locais (Van der Wee, 1986) eram estimulados a criar projetos de investimento com duração prevista em anos, que deveriam ser guardados como reserva para o caso de o país entrar em recessão. No caso de estes projetos terem de ser aplicados, os governos locais receberiam subsídio em 50% de seu valor total do governo.

A política salarial deste país merece destaque. Ela era fixada através da produtividade passada e esperada e tinha-se em conta a evolução das rendas secundárias (como o avanço dos programas de Bem Estar em educação, saúde e moradia) bem como a evolução de longo prazo do trabalho e da produção. A partir deste ponto, o governo inicia uma política de equalização da renda (Van der Wee, 1986), através de impostos progressivos e transferência de renda pela expansão dos programas sociais. Ademais, os direitos a um salário robusto e garantias em termos de segurança do trabalho são expandidas. Soma-se ainda um programa de serviços públicos extremamente amplo. Podemos exemplificar o sucesso destes programas de Bem Estar através da análise do índice de Gini[18]. A OCDE (http://stats.oecd.org/) indica que, o índice médio da década de 70 (primeiro dado disponível) foi de 0,212. Isto representa, sem dúvidas, baixa concentração de renda neste país.

[18] Índice de Gini: medida da igualdade de distribuição de renda em um país. O índice varia entre 0 e 1, sendo que 0 representa distribuição perfeita de renda e 1 concentração perfeita da renda.

Finalmente, devemos destacar o papel do governo sueco nas reformar estruturais da economia (Van der Wee, 1986). Inicialmente, o governo implementa medidas de combate ao monopólio, para criar um ambiente de competição eficiente e impulsionando assim as exportações suecas.

Os setores industriais considerados prioritários foram favorecidos. Sua eficiência operacional foi elevada através de ampla linha de crédito. Ademais, optou-se pela eliminação de setores marginais. Soma-se ainda o incentivo a mobilidade dos trabalhadores e seu elevado treinamento, o que permitiu o desenvolvimento de industrias com elevado valor agregado. O estimulo a essas industrias e a exportação garantiu elevado crescimento, que foi capaz de sustentar os programas de Bem Estar e o modelo de desenvolvimento supracitado.

Ao longo do capitulo pudemos analisar alguns dos modelos de Estado de Bem Estar Social que surgiram nos países da Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão. Alguns elementos centrais, como planejamento, nacionalizações e promoção de serviços puderam foram exemplificados através de casos específicos de países.

A primeira questão relevante para esta conclusão é perceber que em todos os países exemplificados o governo teve atuação explícita e suas atuações em termos de regulação e promoção foram evidentes, independente do de estruturação no qual se enquadrava. Evidentemente, isto reforça o conceito de "economia mista" e do papel do setor público no desenvolvimento econômico conforme sugerido na teoria econômica keynesiana.

Percebemos também ao longo da leitura a centralidade da questão do planejamento indicativo. Como mencionado anteriormente, o planejamento era considerado um método socialista de atuação econômica, visto que a URSS foi a primeira em promovê-lo em larga escala. No entanto, o consenso das décadas da Era de Ouro abria espaço para que também os países capitalistas fizessem uso desta ferramenta, sem que isto prejudicasse a matriz econômica ou fizesse aflorar o temor de "chegada dos bolcheviques".

Devemos destacar ainda a relevância dada aos programas de Bem Estar Social não como uma ação paternalista do Estado, mas sim como uma maneira de incremento de renda e incentivo ao consumo. No Relatório Beveridge pudemos perceber esta tendência, que se tornaria central em todos os países que adotaram modelos de Bem Estar. Os serviços de seguridade social e distribuição de riqueza (pensões, suplementos ao salário por filho na família, democratização da educação e saúde e o direito a moradia) foram fatores fundamentais, em

conjunto com o modelo fordista analisado no ultimo capitulo, para redirecionar parte da renda diretamente para o consumo. Ademais, merece destaque o princípio de que mesmo os não contribuintes tinham direito ao recebimento de pensões, garantindo assim uma ampla paz social.

Outro ponto analisado refere-se as políticas econômicas diretas do governo. Como vimos ao longo do capitulo, elas foram relevantes ao introduzir a ação anticíclica, através de ativismo fiscal, monetário e investimentos diretos. Neste sentido, introduz-se uma ideia, que se provaria equivocada, que podia-se dominar completamente a econômica, a ponto de que pequenos ajustes seriam capazes de conter as recessões que atormentavam as nações até a metade do século XX.

Um comentário pertinente deve ser feito ainda no que se refere aos modelos. Van der Wee (1986) destaca que os princípios acima expostos servem de guia para enquadramento das diversas nações. No entanto, muitas delas, por mais que estejam baixo uma das três definições expostas, introduziram ao longo do tempo medidas típicas de outros modelos. Ou seja, os processos e políticas adotadas pelos países não eram engessadas, mas sofriam adaptações constantes de acordo com as necessidades e resultados observados ao longo do tempo.

A estruturação dos países do mundo ocidental de acordo aos modelos de Estado de Bem Estar Social gerou a impressão de que o período dos grandes desastres econômicos havia passado. Afinal (Hobsbawm, 1995), grandes ciclos de prosperidade e depressão foram substituídos por pequenas flutuações no crescimento. Ademais, atingiu-se uma taxa de desemprego de 1,5% na Europa Ocidental e de 1,3% no Japão (Van der Wee, 1986) e prolongado período de elevado crescimento do PIB destas regiões.

No entanto, o que acreditava-se ser o brilhantismo do planejamento econômico dos administradores de formação keynesiana (Hobsbawm, 1995), se demonstrou falso na década de 70, quando o mundo ocidental viveu um rápido desmonte de alguns dos principais fatores que marcaram a Era de Ouro (privatizações, redução do papel do Estado, volta de períodos prolongados de recessão, diminuição dos serviços de Bem Estar, etc.).

Existem múltiplas hipóteses para a crise do Estado de Bem Estar Social Ocidental a partir dos anos 70. Ela pode ter sido simplesmente o fim de uma das grandes curvas ascendentes de Kontradiev (Hobsbawm, 1995), pode ter sido gerada pelo choque externo resultante da elevação dos preços do petróleo, por um esgotamento interno do modelo ou também por uma possível instabilidade natural de uma economia com forte presença estatal.

A análise deste esgotamento se faz relevante, visto que irá contribuir para a melhor compreensão do modo de funcionamento deste modelo, bem como de seus limites e armadilhas.

De qualquer modo, fica evidente que a Era de Ouro e o desenvolvimento econômico do período "realizara, a mais impressionante, rápida e profunda revolução nos assuntos humanos que a história tem registro." (Hobsbawm, 1995).

4º CAPÍTULO: O FIM DA ERA DE OURO – A CRISE DO ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL E DA ECONOMIA MISTA

Ao longo dos últimos capítulos pudemos analisar fatores que serviram para a formação das economias ocidentais avançadas durante a Era de Ouro e a significância deste período: elevado crescimento econômico das nações ocidentais e considerável elevação do padrão de vida de suas populações.

Foram destacados ao longo do segundo capitulo os fatores genéricos que contribuíram para o advento deste longo período de estabilidade e, no terceiro, alguns exemplos de países que introduziram os princípios keynesianos e de bem-estar dentro de suas especificidades nacionais.

A Era de Ouro chegara ao fim. Segundo Hobsbawm (1995), seu fim trouxe a tona novamente um período de prolongada incerteza, crise e decomposição. De modo geral, podemos afirmar que os choques externos pelos quais as economias capitalistas centrais passaram ao longo da década de 70 contribuíram para trazer a tona e potencializar as instabilidades inerentes ao sistema adotado ao longo do período estudado (1945-1973). Para este autor, o modelo do Estado de Bem Estar com Economia Mista foi uma construção política (esta construção está indicada ao longo do segundo capitulo deste trabalho) e uma vez que surgiram adversidades, sua manutenção foi inevitável.

As explicações para o final da Era de Ouro são múltiplas e variam de acordo com sua matriz ideológica. Ao mesmo tempo, a grande quantidade de fatores envolvidos no esgotamento do modelo e a própria complexidade cientifica de lançar explicações sobre os problemas principais do período tornam uma explicação única impossível.

Entre as diversas razões, independente de causa e efeito, faz-se necessário mencionar, de acordo com Heilbroner e Milberg (2008) e Padrós (2000):

a. O avanço da capacidade produtiva da Europa Ocidental e do Japão, que passam a ser concorrentes diretos da produção norte americana, afetando assim o equilíbrio industrial existente.

b. A crise interna dos Estados Unidos, deflagrada tanto por motivos de ordem política como por motivos de ordem econômica. Por exemplo, os altos custos decorrentes de despesas militares (Guerra Fria, Guerra do Vietnã, Programa Nuclear, etc.).
c. A crise na Balança Comercial norte americana e seu efeito para o final da conversibilidade Ouro – Dólar estabelecida em Bretton Woods.
d. os Choques do Petróleo (73 e 79) com seu impacto significativa sobre os custos de produção e, consequentemente, nos preços finais dos produtos.
e. A incapacidade da teoria keynesiana em dar fim aos problemas da *estagflação*[19] e a ascensão de visões teóricas distintas para a atuação do governo na economia.
f. O esgotamento do modelo fordista de produção, ferramenta essencial para alcançar os objetivos estabelecido pelas nações ao longo da Era de Ouro e o surgimento do modelo *toyotista – Just in time*.

Cada um destes aspectos será pormenorizado ao longo do presente capítulo. Vale ressaltar que todos tiveram sua relevância no processo de desconstrução do modelo estabelecido ao longo do período estudado e são, portanto, relevantes.

A combinação destes fatores terminou por levar, finalmente, a um cenário macroeconômico insustentável dentro do *modus operandi* estudado anteriormente e estabeleceu-se, deste modo, justamente o período de desconstrução da Era de Ouro que Hobsbawm (1995) menciona.

A análise dos motivos de esgotamento se faz relevante para perceber os limites do modelo instituído através dos Estados de Bem-Estar e Economia Mista. Ademais, ao considerar os fatores históricos e econômicos que levaram ao esgotamento do modelo, poderemos lançar luz do que deu errado e o que deu certo sob as situações da época. Deste modo, a analise torna-se relevante por fornecer novas soluções para o gerenciamento de política econômica em um determinado espaço conjuntural.

1. **O aumento da concorrência entre as economias desenvolvidas. A crise no Balanço de Pagamentos dos EUA e o fim de Bretton Woods.**

Destacamos no primeiro e no segundo capitulo, a relevância do papel dos Estados Unidos como centro da economia mundial. No primeiro, mencionamos que a falta de disposição deste

[19] Combinação de baixo crescimento com taxas crescentes de inflação. Será analisada ao longo do capitulo.

país em envolver-se nas questões do restante do mundo contribuiu para gerar as instabilidades da década de 20 e 30.

Por outro lado, explicamos no segundo capitulo o envolvimento dos Estados Unidos na reconstrução da Europa Ocidental e do Japão, bem como o surgimento do acordo de Bretton Woods e apoio a criação dos organismos internacionais para promover a estabilidade da economia internacional com a economia americana no centro do mapa.

No entanto, e conforme veremos a seguir, a partir da década de 60, a alteração estrutural e conjuntural das economias ocidentais passou a afetar este equilíbrio (Heilbroner e Milberg, 2008). Ocorre assim a ruptura de Bretton Woods. Consequentemente, a economia mundial passa por alterações profundas no que diz respeito ao fluxo internacional de divisas e acumulação de reservas.

Padrós (2000) destaca que a recuperação das regiões afetadas pela Guerra representou perda de espaço para as exportações norte americanas ao restante do mundo e aos próprios países em recuperação. O autor menciona em especial o milagre alemão e japonês, que levaram estas economias a uma situação de competição pelos mercados mundiais.

Estes países (os concorrentes dos EUA) contavam com algumas vantagens fundamentais em relação a economia norte americana. Notadamente, o maior avanço tecnológico (dado que todo parque industrial havia sido reconstruído depois da Segunda Guerra), especialização em setores específicos e de alto valor agregado (eletrônicos, automobilístico, siderúrgico e químico), além de elevada produtividade de seus trabalhadores (Padrós, 2000).

Sobre o declínio da supremacia dos EUA podemos citar alguns dados. Padrós (2000) destaca que o produto nacional bruto (PNB) deste país declinou de 36,3% para 30,2% do produto mundial. Outro aspecto relevante, já mencionado no segundo capitulo, é que Europa e Japão tiveram taxas de crescimento médio anual mais elevadas que os Estados Unidos[20]. Finalmente, destacamos o declínio norte americano no setor automobilístico, símbolo do *american way of* life. A fatia dos EUA neste mercado recuou, entre 1965 e 1975, de 51% para 35%, devido a competição de montadoras do Japão, Alemanha Ocidental, França e Itália.

[20] Citamos no 2º capitulo que Europa Ocidental e Japão cresceram a uma taxa média de 4,5% a.a. durante a Era de Ouro, enquanto que os EUA cresceram a uma taxa de 3,6% a.a. no período (Souyri, 1986)

Ou seja, fica evidente que a recuperação econômica dos países desenvolvidos havia gerado, conforme temido ao final da 2ª Guerra, economias altamente avançadas e com capacidade de competir por parte do domínio americano.

Ademais, os dispêndios norte americanos com defesa eram consideráveis e este peso não tinha que ser suportado pelas outras economias ocidentais (Padrós, 2000). Esta alteração no espaço produtivo levou a problemas no Balanço de Pagamentos americano. Em 1968, os Estados Unidos registraram déficit comercial. A partir daí os dólares americanos começaram a se acumular no exterior (principalmente os eurodólares[21]) e este processo se intensificou com o aumento da demanda americana provocada pela Guerra do Vietnã (Heilbroner e Milberg, 2008).

Adiciona-se ainda a questão inflacionária[22]. Segundo Padrós (2000), os interesses estratégicos dos EUA levam este país a elevados dispêndios. Por exemplo, devemos mencionar todos os gastos relacionados a Guerra do Vietnã e a Guerra Fria de modo geral, como o programa espacial americano, a continua demanda por armamentos e o 'guarda-chuva nuclear'. Para financiar seus gastos, os Estados Unidos passam a emitir moeda sem lastro, provocando uma política inflacionária e dificultando, ainda mais, o desempenho de suas exportações e da Balança Comercial, visto que o dólar americano estava artificialmente valorizado[23].

Instala-se a partir daí o medo de que os eurodólares sejam convertidos em ouro pela paridade estabelecida com o acordo de Bretton Woods (1 onça de ouro para cada 35 dólares). Uma 'corrida ao ouro' levaria ao colapso do sistema econômico mundial. Assim, o governo Nixon atua para evitar este cenário e desvaloriza o dólar em relação ao ouro em 10% em agosto de 1971. Após um ano e meio, ocorre outra desvalorização da mesma magnitude. (Padrós, 2000).

A consequência destas desvalorizações foi o aumento da competitividade das exportações norte americanas. Ao mesmo tempo, provocou-se uma espiral inflacionária nos diversos centros

[21] Dólares em posse dos Bancos Centrais europeus (Padrós, 2000)

[22] Devemos destacar que a bibliografia utilizada no trabalho explica a aceleração inflacionária norte americana como uma inflação de demanda. No entanto, existe também uma relevante explicação a partir da inflação de custos. Isto se explica, por exemplo, pela existência de *mark-ups* elevados por parte dos conglomerados.

[23] A macroeconomia básica mostra que moedas desvalorizadas incentivam a exportação, por alterar os preços relativos.

capitalistas (Padrós, 2000) e comprometeram consideravelmente para o esgotamento do crescimento econômico.

Finalmente, após a constatar que as desvalorizações não surtiram o efeito desejado (de evitar uma corrida ao ouro estocado nos Estados Unidos), o presidente Nixon decreta, em agosto de 1973 o final da paridade fixa ouro – dólar e põem, assim, fim ao acordo de Bretton Woods (Heilbroner e Milberg, 2008).

Para Heilbroner e Milberg (2008) o colapso do sistema de Bretton Woods é tão significativo que demarca o fim da Era de Ouro. No entanto, cabe estudar também outros aspectos, como o Choque do Petróleo e a crise do modelo keynesiano.

2. O Choque do Petróleo:

O Choque do Petróleo tem destaque em grande parte da literatura econômica como um dos principais elementos geradores da crise dos anos 70. Conforme veremos a seguir, ele está relacionado intimamente como o modelo de desenvolvimento da Era de Ouro e suas consequências são significativas para a alteração dos padrões desta época.

Como sabemos, um dos fatores fundamentais para a Era de Ouro, foi a expansão do modelo fordista e do modo de vida americano (*american way of life*) para as nações da Europa Ocidental e do Japão. Mencionou-se anteriormente a democratização do consumo, representado por Hobsbawm (1995) como a expansão da era do automóvel.

Evidentemente, o aumento drástico da produção industrial e da quantidade de bens de consumo produzidos levou a um aumento na quantidade de energia demandada, a saber, principalmente o petróleo. Se bem os Estados Unidos foram capaz de suprir o mercado com sua produção petrolífera ao longo da década de 50 (Heilbroner e Milberg, 2008), nos anos seguintes esta produção deixou de ser suficiente para sustentar o aumento na quantidade de energia demandada. Ademais, o início da exploração de petróleo nos países árabes acaba por dar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), cartel que congrega os principais países produtores de petróleo e com centro político no Oriente Médio, poder de atuação nos preços desta *commodity*.

Após a Guerra do Yom Kippur[24] de 1973, e em represália a política ocidental pró-Israel, a OPEP eleva unilateralmente o preço do barril de petróleo e decide reduzir a quantidade fornecida em 5%. Segundo Heilbroner e Milberg (2008), o preço do barril de petróleo nos Estados Unidos salta de US$ 3,00[25] para US$ 10,00 por barril.

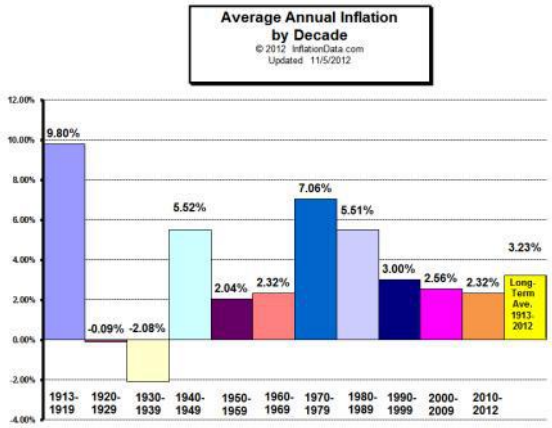
Evidentemente, a alteração brusca no preço de um insumo tão básico para a economia teria efeitos relevantes no cenário econômico geral. De fato, o aumento brusco dos preços operacionais (Heilbroner e Milberg, 2008), forçou as empresas a aumentarem seus preços finais, reduzir a margem de lucro e o investimento.

Com base na teoria de cunho keynesiano estudada no primeiro e no segundo capitulo, podemos concluir que isto por si só já se transforma em um problema econômico relevante, uma vez que, para Keynes, o nível do produto e do emprego depende, diretamente, do nível de investimento. Em um cenário econômico conturbado, com redução das perspectivas de lucro, o investimento será reduzido e afetará, diretamente, o nível de emprego.

A evolução inflacionária da década de 70 (que será estudada posteriormente) rapidamente corroeu os novos preços do barril de petróleo. Para recuperar a renda perdida, os países da OPEP lançam nova elevação no preço do barril em 1979, levando-o para mais de US$ 35,00 e causando novamente forte pressão inflacionária. (Heilbroner e Milberg, 2008). A tabela apresentada abaixo (de média de inflação anual nos EUA) apresenta dois fatores importantes. Primeiramente, as baixas médias de inflação anual durante as décadas de 50 e 60. Em segundo lugar, o grande salto que do nível de inflação ocorrido durante a década de 70. Pelos argumentos apresentados anteriormente, podemos concluir que, evidentemente, as alterações no preço do petróleo, por ser um insumo tão básico, foi fundamental para a forte elevação do índice.

[24] Guerra de outubro de 1973, onde Egito e Síria invadem Israel durante o feriado religioso do Yom Kippur.
[25] Padrós (2000) apresenta o preço exato de US$ 2,18 em setembro de 1973.

Inflação: média anual por década (1913-2012)



(Fonte: http://inflationdata.com/inflation/Inflation/DecadeInflation.asp , acessado em 29/03/2013)

Ao mesmo tempo, a Europa Ocidental e o Japão também foram fortemente afetada pela pressão dos preços causada pelo Choque do Petróleo. Para Heilbroner e Milberg (2008), a alta dos preços nestes dois países foi ainda mais preocupante do que nos EUA. Isto se deve, primeiramente, pela própria capacidade produtiva dos EUA, que puderam compensar em parte a diminuição da oferta. Padrós (2000) destaca ainda, em uma analise mais abrangente do ponto de vista da economia internacional, que a médio e longo prazo, tanto os países da Europa Ocidental como o Japão puderam repassar a elevação dos custos para os países periféricos. Ou seja, o aumento dos custos dos fatores de produção e, principalmente, do petróleo, puderam ser transferidos para o elo mais fraco da cadeia de comércio.

A alteração considerável dos índices de inflação traz um fator novo para a época de ouro e para um setor público que, como demonstrado, foi ativo no aspecto econômico. A evolução do Estado de Bem Estar e os gastos envolvidos na manutenção deste sistema, como os custos com subsídios, programas sociais oferecidos a população, serviços de saúde, educação e de previdência limitaram o poder de ação do Estado para conter a inflação.

Para explicar o fato acima, devemos mencionar que a parcela dos gastos relativos a programas de Bem Estar cresceu significativamente durante a Era de Ouro. Assim, em 1970 (Hobsbawm, 1995), 40% dos gastos públicos da Inglaterra e 47% dos gastos públicos da Suécia,

pertenciam a área de Bem Estar. Logo, uma vez estabelecido que parte da contenção da inflação passa por cortes nos gastos do governo, é evidente que os serviços de Bem Estar serão afetados. No entanto, visto que as consequências políticas destes cortes podem ser elevadas, não é de causar espanto que muitos governos tenham preferido, em um primeiro momento, não adotá-las.

Assim, estabelece-se um limitante em termos de ação governamental para contenção do processo de aceleração inflacionária. No entanto, o processo de estagnação econômica foi fundamental, em conjunto com a inflação para paralisar a atuação keynesiana do Setor Público.

3. Estagflação e falta de respostas keynesianas. A ascensão do modelo neoliberal.

A década de 1970 foi marcada por um processo denominado como estagflação. Este processo era a combinação, até a época incomum e contraditório a teoria keynesiana, de avanço dos preços e queda de produto e emprego simultâneo.

Segundo Heilbroner e Milberg (2008), enquanto a inflação aumentou nos EUA durante os anos 70, chegando a atingir índices anuais de dois dígitos, o produto teve retração em 70, 74, 75 e 80. A variação nestes anos foi, respectivamente, 0,2%; -0,6%; -0,2%; -0,3%. (fonte: http://www.bea.gov/national/index.htm#gdp , acessado em 05/04/2013).

Este cenário gera um contrassenso no nível de política econômica keynesiana, pois o receituário dos últimos 25 anos era: a inflação é consequência de aquecimento no mercado de trabalho (logo, redução de desemprego), gerando aumento dos salários nominais e, consequentemente, aumento dos custos e dos preços. Por outro lado, queda nas taxas de inflação era consequência de aumento de desemprego, devido a redução dos salários nominais.

Estabelece-se assim, o princípio da Curva de Phillips, onde existe um *trade-off* (troca ou contrabalanceamento) entre desemprego e inflação. Para Heilbroner e Milberg (2008), preços e desemprego eram vistos como duas extremidades e a elevação de um era suportado pela redução do outro.

No entanto, o ambiente de estagflação gera um processo de inexistência deste *trade-off*, pois o aumento da inflação estava acompanhado (como descrito acima) pela queda do nível de emprego. Surge deste modo uma contradição no receituário keynesiano para controle de inflação ou elevação do emprego (Heilbroner e Milberg, 2008). Um aumento da inflação

deveria ser solucionado com redução dos gastos governamentais, que gera desaquecimento econômico e compromete a inflação. Por outro lado, o aumento nos índices de desemprego deve ser solucionado, justamente, com aumento dos dispêndios públicos, visando aquecer a economia.

Hobsbawm (1995) exemplifica esta nova incongruência de maneira clara. Para o autor, a pergunta girava, na época, em torno de como controlar salários em época de demanda florescente. Como este controle dependia do equilíbrio entre aumento de produção e aumento dos ganhos que mantinham os lucros, ocorria um fator desestabilizador que, na ausência de desemprego, não poderia ser controlado com o receituário keynesiano comum.

Percebe-se facilmente que qualquer dos meios empregados seria, portanto, agravador da situação existente. Pois o combate a inflação levaria a uma maior queda de produto e, em contrapartida, o combate a desaceleração econômica levaria a um aumento da inflação. Neste sentido (Padrós, 2000) eram claramente abalados os pressupostos do espírito keynesiano.

Porém, devemos ter em mente uma questão relevante levantada por Hobsbawm (1995). Para este autor, a maior parte dos governos e populações das economias desenvolvidas acreditavam que os distúrbios do início da década de 70 seriam passageiros. Neste sentido, era uma questão de pouco tempo (um ou dois anos) até que se voltasse a situação reinante pelos 25 anos anteriores.

Percebemos então que a maior parte dos governos sociais – democratas eleitos ao longo da década de 60 permaneceu no poder ao longo de grande parte da década de 70. Para Hobsbawm (1995), esta época foi uma em que os governos compraram tempo ao continuarem aplicando as receitas keynesianas que haviam funcionado de maneira satisfatória no período anterior.

Ou seja, por mais ineficiente que fossem as respostas do modelo da época aos problemas, havia considerável rigidez em alterar a política econômica face os desafios (a saber, a estagflação). Evidentemente, este espaço de crise do modelo keynesiano foi utilizado por setores que eram opostos a esta organização da economia.

A crise da década de 70 permitiu, segundo Anderson (1995), a ascensão das ideias neoliberais. Estas ideias, por mais que já existissem desde a década de 40 através da articulação

de Friedrich Hayek[26] e outros intelectuais relevantes, não tinham papel de destaque ao longo da Era de Ouro.

Convém ressaltar a ideologia neoliberal, a título de demonstrar suas principais críticas ao modelo keynesiano e aclarar, ainda que de forma passageira, o que pretendiam ser aplicado a nível de política econômica. Segundo Anderson (1995), Hayek sustentava que a crise era causada pelo excessivo poder dos sindicatos, que abalaram as bases da acumulação capitalista e destruíam o fator fundamental para o avanço capitalista: o lucro.

Deste modo, o Estado deveria combater os sindicatos e cortar tanto os gastos sociais como os gastos gerais da intervenção econômica. Por exemplo, deveriam ser extintas as empresas estatais. No nível de política monetária, dever-se-ia buscar a estabilidade. Ou seja, o fim da inflação através de uma política recessiva de redução da moeda em circulação. Ademais, a nível fiscal era necessária a contenção de gastos e reformas tributarias para incentivar os agentes.

No segundo capitulo, mencionamos que tanto partidos da social – democracia, como partidos de direita e centro-direita haviam adotado posturas keynesianas em torno do consenso por crescimento econômico e pleno emprego. Faz-se necessário destacar, portanto, que os partidos de centro-direita passaram por uma renovação ideológica ao longo da década de 70, abandonando então os objetivos supracitados em troca do receituário neoliberal.

Como mencionamos, os governos da social – democracia permaneceram no poder ao longo da maior parte da década de 70 (Hobsbawm, 1995). No entanto, a partir do final da década de 70, o campo neoliberal começa a ganhar expressão política de liderança.

Assim, Margareth Thatcher assume o poder na Inglaterra em 1979, Ronald Reagan é eleito para a Casa Branca em 1980 e, em 1982, Helmuth Kohl vence as eleições na Alemanha Ocidental (Anderson, 1995). Estes são somente três exemplos de países que vivenciaram a ascensão neoliberal. No entanto, o mesmo ocorreu em praticamente todas as outras economias avançadas.

[26] Friedrich Hayek é um dos principais expoentes da ideologia neoliberal e do liberalismo econômico. Segundo Anderson (1995), Hayek atua fortemente contra o estado de bem-estar social e a intervenção governamental, alegando que conduzem à servidão. Como já mencionado no capitulo 2, Hobsbawm (2001) se refere a máxima de Hayek 'liberdade individual = liberdade de mercado' para representar a forte oposição deste teórico contra as políticas adotadas pelas nações ocidentais ao longo da Era de Ouro.
Hayek organizou em 1947 a conferência de Mont Pelerin na Suíça e formou então a Sociedade de Mont Pelerin, que tinha como objetivo combater as ideias keynesianas (Anderson, 1995).

Ocorre então uma mudança na organização institucional política e econômica dos países. No caso americano, Heilbroner e Milberg (2008) destacam que os domínios do poder econômico passam para o Banco Central Americano – *Fed*, responsável pela política monetária no pais. O diagnóstico de inflação para o setor bancário passa pelo excesso de moeda. Portanto, a solução passa por restringir o crédito e assim, os gastos.

Em 1979, o *Fed*, liderado neste momento por Paul Volckner começou a subir a taxa de empréstimos a bancos filiados (que consequentemente era convertido em empréstimos para o setor privado). A taxa chegou a 18% em 1981 (Heilbroner e Milberg, 2008). Logo, os empréstimos ao setor privado caem drasticamente, reduzindo a capacidade de investimento das empresas e penalizando, consequentemente, ainda mais o emprego.

Se considerarmos os objetivos de pleno emprego postulados pelas autoridades políticas durante a Era de Ouro, a elevação do desemprego deveria ser considerada preocupante. No entanto, elevar o poder do Banco Central, significa que esta instituição terá também como postular objetivos próprios. Evidentemente, o nível de emprego não é uma preocupação fundamental destas instituições neste momento, pois o controle da inflação é prioritário. Para Heilbroner e Milberg (2008), o combate a inflação (que acarreta também desestimulo ao crescimento) é priorizado claramente pelo *Fed* a partir da década 80, independente das consequências e cicatrizes que esta atuação poderia trazer.

A redução da inflação americana ao longo da década de 80 mostra a coerência deste método. Em a 1980 a taxa de inflação chegou a 13,5%. No entanto, em 1982 esta taxa já se encontrava próxima aos 5% (Heilbroner e Milberg, 2008).

Ao longo desta sessão, pudemos observar uma dinâmica relevante no plano das ideias que guiam a política econômica. De um lado, surgem fenômenos para os quais a teoria keynesiana, pelo menos naquele momento, não tinham clara resposta. A aplicação das medidas comuns de dispêndio não surtiam o efeito desejado na década de 70 e somente aprofundavam os próprios motivos da crise. Por outro lado, toma cada vez mais força uma corrente teórica antiga, que consegue aos poucos ser cada vez mais influente a nível político. O extremo antagonismo entre essa corrente, o neoliberalismo, e as propostas do Estado de Bem-Estar e da Economia Mista contribuíram, por fim, para o abandono do modelo keynesiano conforme visto no terceiro capitulo.

4. A crise no modelo fordista de produção e seu significado.

Destacamos no segundo capitulo a relevância do modelo fordista de produção para o cumprimento dos objetivos propostos pelos países capitalistas mais avançados após a Segunda Guerra Mundial. Ou seja, Europa Ocidental, Japão e EUA desejavam manter um ambiente de crescimento econômico e pleno emprego. O método de produção fordista fazia sentido, por garantir a elevação do mercado consumidor. Este princípio estava apoiado no pacto fordista, onde os salários eram definidos de acordo a taxa (projetada) de evolução da produtividade. O consenso da época era que, por um lado, proprietários abriam mão de parte de seu lucro e os trabalhadores, por outro lado, abriam mão de parte de suas demandas salariais.

Hobsbawm (1995) constata que a construção social dos anos da Era de Ouro fora, notadamente, uma construção política baseada também no mutuo interesse existente entre proprietários e trabalhadores. No entanto, este consenso começou a ruir quando as indústrias passaram a buscar maiores margens de lucro produzindo nos países periféricos.

A internacionalização das industrias de países centrais pode ser explicada, segundo Padrós (2000), pela saturação das economias mais desenvolvidas. De fato, ocorre uma pressão mais generalizada por salários reis mais elevados.

Devemos dar maior destaque a questão da produtividade, visto que seu aumento é a base para uma política de aumento de salários. Na prática, isto significa dizer que, em um ambiente de aumento de produtividade, o aumento dos salários não irá comprimir os lucros (apesar de seu aumento poder ser menor). Segundo Heilbroner e Milberg (2008), a taxa média de elevação do produto por trabalhador entre 1950 e 1970 foi de 3% ao ano. No entanto, entre 1974 e 1994, a taxa de crescimento anual teve média de 1,3%, o que representa uma queda de cerca de dois terços na evolução por período. Logo, a manutenção do pacto fordista, baseado na elevação da produtividade do trabalhador, não pode ser mantido em um âmbito de consenso e paz social. Passam a existir, notadamente, interesses adversos entre empregados e empregadores.

Sobre a crise do pacto fordista, cabe mencionar ainda a crise do próprio modelo fordista de produção. Larangeira (1997) destaca que o trabalho na linha de montagem fordista torna-se repetitivo, parcelado e monótono. A combinação destes fatores tem impactos em termos de saúde do trabalhador e, a longo prazo, terminam por causar declínio na produtividade do trabalho. Ademais, a autora menciona ainda a padronização excessiva dos produtos como fonte de saturação dos mercados em relação ao modelo.

Deste modo, cria-se a demanda por firmas que sejam mais flexíveis e que tenham capacidade de incorporar de modo mais eficiente os avanços tecnológicos. Segundo Larangeira (1997), na década de 70 acentuam-se as modificações no modelo fordista, em razão das pressões de competitividade. As novas formas de produção demandam então um trabalhador mais qualificado, flexível e envolvido com a produção.

Ao mesmo tempo, a ascensão de governos sociais – democratas ao longo da década de 60 (Hobsbawm, 1995) terminou por elevar o nível dos gastos sociais destes países. Na terceira seção deste capitulo já destacamos a proporção que o gasto com os serviços de Bem Estar tem do gasto global do setor público em alguns países europeus. O financiamento destes projetos era possível em uma época de *boom* combinada com uma parcela pequena da população que necessitasse maior apoio.

O aumento do desemprego e a desaceleração atuam de dois modos em relação aos gastos: diminuem as receitas e aumentam as despesas. Ao mesmo tempo, houve crescimento considerável dos custos com trabalhadores (salário, previdência, etc.) e dos custos para adoção de normas de produção ao longo da Era de Ouro. Deste modo, eleva-se de forma considerável os custos de produção (notadamente o custo da mão de obra), o que por sua vez contribuiu (Padrós, 2000) para a internacionalização da economia através da instalação de indústrias no Terceiro Mundo.

Cabe destacar dois efeitos específicos desta internacionalização. Primeiro (Padrós, 2000), que o esvaziamento industrial deu ao campo da direita política uma poderosa carta de barganha contra os sindicatos e os partidos de esquerda. Por esta ótica, o que teriam para barganhar se os custos de manutenção do Bem Estar estavam encarecendo de tal modo a produção que não permitiam o crescimento dos lucros, motor da economia. Em segundo lugar (Hobsbawm, 1995), o surgimento dos *rusty belts* (cinturões de ferrugem) nos antigos centros industriais, que iriam fortalecer a imagem de uma economia anteriormente operando em pleno emprego e que passava, agora, a conviver com uma onda de diminuição nos postos de trabalhos disponíveis.

Finalmente, como forma de enxugar custos, surge no Japão o *toyotismo*, um modelo de produção diferente do fordismo (Padrós, 2000), por permitir a produção *just in time* (no momento, instantânea). Deste modo, elimina-se o problema dos estoques, abatendo-se também

os custos relativos ao seu armazenamento e garantindo uma redução considerável nos custos de mão de obra[27].

Concluímos, portanto que a evolução social e econômica provocada pelo próprio desenvolvimento da Era de Ouro terminou por gerar parte das pressões e limitações do sistema. Hobsbawm (1995) é incisivo quanto ao contrassenso econômico da Era de Ouro. Como já mencionamos, este autor destaca que o longo período de prosperidade foi possível, somente, pelo construção política arquitetada por detrás. Ou seja, existiam instabilidades econômicas, por mais que a nível de conjuntura e indicadores, tudo aparentava sólido avanço. Assim, a transnacionalização das economias, fruto da busca de maiores rendimentos por parte dos capitais era um dos sintomas. Esta movimentação era influenciada diretamente pelos altos custos de produção das economias desenvolvidas, que por sua vez eram fruto de uma construção política em torno do consenso de pleno emprego, conforme destacado por Hobsbawm (1995).

Ao longo do capitulo aprofundamos uma série de assuntos relativos a crise do modelo de estado implementado nos países ocidentais ao longo da Era de Ouro. Podemos concluir, que a crise foi potencializada pela saturação de fatores relacionados ao modelo keynesiano.

Está claro que a década de 70 mostrou o esgotamento do padrão de desenvolvimento. Ademais, a simples repetição do receituário aplicado nos anos anteriores não surtia o efeito desejado.

Devemos considerar também, como um ingrediente relevante, o surgimento dos movimentos de contestação Padrós (2000), como um fator relevante para desequilibrar o cenário social dos países desenvolvidos.

Evidentemente, a mistura dos fatores levou a um ambiente de expectativas negativas, o que terminou por afetar definitivamente o nível de investimento. Assim, o retorno a um cenário de baixo crescimento e desemprego era inevitável.

No entanto, devemos tomar cuidado. Apontar somente uma causa geral para o esgotamento, conforme os ciclos neoliberais o faziam, pode nos levar ao erro de desconsiderar a complexidade geral da economia do século XX. Assim, faz-se necessária uma análise

[27] A lógica por detrás da redução de custo da mão de obra é: ao produzir somente quando houver encomenda, não há necessidade de trabalhadores estáveis, o que significa redução de gastos.

fragmentada, conforme exposta neste capitulo, para que cada um dos elementos possam ser enquadrados em seu momento histórico e causas/efeitos, destacadas.

O objetivo traçado ao pormenorizar cada um dos elementos, era trazer uma discussão racional dos problemas enfrentados à época, independente de tendências ideológicas. Isto se faz necessário pela relevância que a Era de Ouro teve para o capitalismo. Uma discussão séria sobre seus limites lança, com certeza, luz sobre formas distintas de promover desenvolvimento econômico e social.

CONCLUSÃO

Este trabalho monográfico deu atenção a diversos aspectos das economias desenvolvidas durante a Era de Ouro. Alguns destes devem ser ressaltados a título de conclusão.

Primeiramente, parece ser evidente que a atuação econômica dos governos pode prevenir instabilidades e gerar assim um espaço social de melhor convivência entre os indivíduos. Percebemos isso tanto pelo caos socioeconômico do período entre guerras, como também pela atenuação deste em nações onde o Estado se faz, democraticamente, presente.

Outro aspecto significativo está relacionado com o sucesso das ações do Setor Público em si. O crescimento vivido pelas nações capitalistas avançadas no período é significativo. O longo período de *boom*, incomparável com qualquer outro momento da história do século XX ou outro anterior, com certeza coloca as sugestões da corrente econômica ortodoxa sob uma perspectiva diferente. Parece ser correto afirmar que a atuação do Estado não é contraproducente para o desenvolvimento econômico, mas tem função diametralmente oposta, promovendo avanço e crescimento.

Mencionamos no parágrafo anterior as 'sugestões da corrente econômica ortodoxa'. Comparando-se as propostas desta linha para a Grande Depressão e as propostas mais conservadoras para a crise desencadeada em 2008, chegamos a conclusão que elas são, em muitos aspectos, idênticos.

Por exemplo, tanto Heilbroner e Milberg (2008), como Frieden (2001), destacam que os governos tentaram contornar a Grande Depressão, inicialmente, através de uma política severamente austera, priorizando grandemente orçamentos equilibrados e buscando assim atrair capitais estrangeiros. Este receituário não é estranho aos conselhos do *mainstream* econômico para a crise global de 2008 e para a crise da dívida pública na Zona do Euro. Evidentemente, a análise histórica nos leva a perguntar se as medidas ortodoxas terão, de fato, efeito.

Por exemplo, as propostas para as economias que vivem severas crises estruturais na Zona do Euro passam, inevitavelmente, por um 'orçamento equilibrado'. No entanto, as consequências são preocupantes a nível social, sem que seja atingida a recuperação econômica desejada. Basta ressaltar a taxa de desemprego espanhola, que há poucos meses ultrapassou a barreira dos 20%.

Outro aspecto relevante está relacionado aos fatores de esgotamento do modelo, conforme foi analisado no quarto capítulo. Evidentemente, os modelos econômicos, sociais por natureza, não existem de maneira equilibrada constantemente ao longo do tempo. Deveria ser lógico que as soluções encontradas para um determinado momento histórico se tornem obsoletos em algum momento, visto que os fatores que formam um determinado cenário estão em constante evolução. Ademais, face o exposto no 4º capítulo, parece ser correto afirmar que o esgotamento do modelo se referiu muito mais a questões históricas específicas relacionadas a determinados aspectos, do que ao princípio geral por detrás dele. Assim, faz-se necessário atestar os motivos que levaram ao sucesso e ao esgotamento, com o intuito de identificar o que pode ser feito de forma distinta face a realidade do século XXI.

Comparando-se portanto a situação do início da década de 30 (1º capítulo) com o cenário econômico atual das nações de economia mais desenvolvida, somos levados a concluir que a situação apresenta semelhanças consideráveis. Deve-se questionar a real validade de respostas austeras, que aprofundam, potencialmente, as crises. Em contrapartida, existe a real possibilidade de que dispêndios públicos para aquecimento da demanda tenham efeito significativo sobre o nível de atividade destes países e possam, assim, retirá-los da crise.

Finalmente, devemos concluir mencionando que a demasiada demora das sociedades em adotar medidas ativas do Setor Público para a contenção da crise de 29 através de dispêndios para aquecimento da demanda levou a uma das maiores tragédias na história da humanidade. Assim, faz-se necessário cautela no momento de impor medidas que desestabilizam as sociedades, pois as consequências podem ser muito mais complicadas do que o esperado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSEN, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: *Pós-Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BALANCO, Paulo e COSTA PINTO, Eduardo. Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. In: *Pesquisa & Debate*, São Paulo, nº 1, 2007.

BENAKOUCHE, Rabah. Caracterização da Crise Econômica Atual. In: *Economia e Desenvolvimento*, São Paulo: Ed. Cortez. nº 1, 1981

BRAGA, José Carlos de Souza. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In: *FIORI, José Luiz (org.), Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CARDIM, Fernando J.; PIRES DE SOUZA, Francisco Eduardo; SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando Rodriguez e STUDART, Rogério. *Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2007.

CARDOSO, Fábio Luiz Lopes. A *influência do Relatório Beveridge nas origens do Welfare State (1942-1950)*. São Paulo. 2009

EARP, Fábio Sá. O que é a economia do entretenimento. In*: EARP, Fábio Sá (org.), Pão e Circo: fronteiras e perspectivas da Economia do Entretenimento*. Rio de Janeiro: Ed. Palavra e Imagem, 2002

LARANGEIRA, Sônia M. G. Fordismo e pós – fordismo. In: CATTANI, Antonio David. *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.

FRIEDEN, Jeffry A. Capitalismo global: *História econômica e política do século XX*. Tradução: Vivian Mannheimer. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2008.

FUSFELD, Daniel R. *A Era do Economista*. Tradução: Fábio Domingues Waltenberg. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.

FREITAS FILHO, Almir Pita. *A economia capitalista na década de 20: Uma introdução*. Rio de Janeiro, 1995.

HEILBRONER, Robert L. e MILBERG, William. *A construção da sociedade econômica*. Tradução: Regina Garcez. 12ª edição. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2008.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. 2ª edição. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

MAZOWER, Mark. *Continente sombrio: A Europa no século XX*. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2001.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo Prosperidade e Estado de bem-estar social. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (org.). *O século XX: o tempo de crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2000.

SOUYRI, Pierre. Uma nova configuração do capitalismo: 1945/1970. In: *FEA – UFRJ Textos Selecionados*. Departamento de Economia, 1986.

VAN DER WEE, Hermann. *Prosperity and Upheaval: The world economy 1945-1980*. Translated by: Robin Hogg, Max R. Hall. Peguin Books, 1986.